



Coleção E-Livro

Lícia Bahia Heine  
Palmira Heine Alvarez

# Incursões da Linguística no século XX com foco na Linguística Textual



**Incursões sobre a Linguística  
no século XX, com foco na  
Linguística Textual**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**Reitora**

Dora Leal Rosa

**Vice-Reitor**

Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**Diretora**

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

**Conselho Editorial**

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninō El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Lícia Maria Bahia Heine  
Palmira Virgínia Heine Alvarez

Arlínia Maria Cardoso Santos, Adielson Ramos de Cristo, Edineia de  
Oliveira Santos, Jaqueline Estácio de Jesus Santos, Marta Maria Nery,  
Myriam C. Crusoé Rocha Sales e Nordélia Costa Neiva  
(Colaboradores)

# **Incursões sobre a Linguística no século XX, com foco na Linguística Textual**

Salvador  
EDUFBA  
2012

2012, Autoras

Direitos para esta edição cedidos à [EDUFBA](#).

Feito o depósito legal.

Projeto Gráfico

**Angela Garcia Rosa e Josias Almeida Jr.**

Capa

**Josias Almeida Jr.**

Revisão

**Yasmine Spínola**

Normalização

**Mariclei dos Santos Hora**

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Heine, Lícia.

Incursões sobre a lingüística no século XX com foco na lingüística textual / Lícia Heine, Palmira Heine ; colaboradores, Arlínia Maria Cardoso Santos, Adielson Ramos de Cristo, Edineia de Oliveira Santos ... [et al.]. - Dados eletrônicos (1 arquivo : 820 kB). - Salvador, EDUFBA, 2012. - (Coleção E-Livro)

64p il.

Modo de acesso: Internet: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6844>

ISBN - 978-85-232-1004-5

1. Lingüística - Séc. XX. 2. Análise do discurso. 3. Lingüística textual. 4. Coesão Lingüística). I. Heine, Palmira. II. Santos, Arlínia Maria Cardoso. III. Cristo, Adielson Ramos de. IV. Santos, Edineia de Oliveira. V. Título. VI. Série.

CDD - 410

# Sumário

Apresentação	7
Aspectos gerais da linguística no século XX	9
O surgimento da Linguística textual	25
Considerações finais	57
Referências	59





## Apresentação

O livro *Incursões sobre a linguística no século XX, com foco na Linguística Textual* tem como meta precípua apresentar as ideias basilares da Linguística no atual século. Para tanto, discorre, sucintamente, sobre os paradigmas formal e funcional da linguagem, com o objetivo de dar aos seus leitores alicerce teórico, a fim de que os mesmos possam melhor entender a pesquisa dos estudos discursivos. Focaliza o surgimento da Linguística Textual (LT) e suas ramificações tradicionais, apresentando, contudo, novos caminhos para a LT, tendo em vista os fundamentos discursivos do filósofo russo Mikhail Bakhtin. Segundo Heine (2011), o alicerce bakhtiniano dá margem ao surgimento de uma nova fase da LT, aqui denominada, provisoriamente, de A fase bakhtiniana da Linguística Textual. Trata, também, da Análise de Discurso de linha francesa, objetivando discutir os principais aspectos teóricos a ela inerentes.

Finalizando, espera-se que este trabalho seja o cadinho que oportunize reflexões acuradas sobre a compreensão do texto hodiernamente, a fim de contribuir para o crescimento do ensino da Língua Portuguesa em suas diferentes instâncias.

As Autoras



## Aspectos gerais da linguística no século XX

No século XX, os estudos linguísticos vêm sendo representados por meio de dois grandes paradigmas: o paradigma formal da linguagem e o paradigma funcional da linguagem. Contudo, esses paradigmas não dão conta de pesquisas de cunho ideológico, por exemplo, dos estudos da Análise de Discurso de linha francesa. Heine (2011) sugere, então, que se considerem não apenas o paradigma formal e o funcional da linguagem, mas também um terceiro paradigma aqui denominado provisoriamente de paradigma ideológico-discursivo, que aponta os passos largos que a ciência da linguagem vem dando. Nesse paradigma, entram, também, a Análise de Discurso de Linha Francesa (ADLF), os estudos de Bakhtin e a Fase Bakhtiniana da Linguística Textual (FBLT), dentre outros.

De modo sucinto, passa-se a tecer considerações sobre os dois primeiros paradigmas, fazendo menção, também, a alguns aspectos do paradigma ideológico-discursivo, através de reflexões sobre a ADLF e a FBLT.

### Reflexões sobre a Linguística formal

O paradigma formal da linguagem preocupa-se apenas em analisar a forma linguística, ou seja, volta-se para as relações que as unidades linguísticas mantêm entre si. (DUBOIS et al., 2004, p. 288) Isso significa que os seus pesquisadores estão mais interessados em investigar, em uma sentença, as partes que a constituem, isto é, os padrões de combinação que seus elementos estabelecem no âmbito da sentença. Dentre as suas principais linhas de estudo, mencionam-se o estruturalismo e o gerativismo linguístico, que têm como mentores, respectivamente, Saussure (1857-1913), Bloomfield (1887-1949) e Chomsky (1928).

### O conceito de língua no Formalismo Linguístico

O paradigma formal concebe a língua como um conjunto de sentenças que é estudado em um sistema linguístico eminentemente abstrato. Este sistema enfatiza, sobremaneira, as propriedades internas da língua, sem referência à função social; prioriza-se, aí, a função interna, caracterizada pela relação entre elementos linguísticos de uma oração. (DILLINGER, 1991, CASTILHO, 1996) Esta maneira de compreensão da língua, dissociando o homem do seu contexto social, está em consonância com a estrutura cartesiana, que demonstra preferência pelos objetos platônicos e pela individualidade da mente. (FIGUEIROA, 1994, p. 19) Dentre as suas principais teorias, mencionam-se o estruturalismo e o gerativismo.

Para o Formalismo, a língua é um conjunto de orações que são descritas consoante a forma linguística, caracterizada pelas partes que a constituem, isto é, as classes e os padrões de combinação de seus elementos. Assim, o estudo da fonética, fonologia, morfologia e sintaxe inserem-se nessa abordagem de pesquisa.

## O estruturalismo linguístico: breves considerações

O estruturalismo se inicia, sistematicamente, a partir das aulas dadas por Ferdinand de Saussure, entre 1907 e 1911, na Universidade de Genebra. Porém, é com a publicação do seu livro *Cours de linguistique générale* (CLG), em 1916, obra póstuma de Saussure, organizada pelos seus discípulos Charles Bally (1865-1947) e Albert Sechehaye (1870-1946), que as suas ideias se tornaram mais sistematizadas. O estruturalismo pode ser explicado de acordo com a seguinte citação:

Estruturalismo tem como objeto de estudo a *langue*, cujos elementos constituintes só adquirem valor a partir das relações que estabelecem entre si na sentença, vista apenas enquanto código linguístico, o que o levou a excluir o contexto sociodiscursivo e o sujeito de suas reflexões.

Toda doutrina ou método que — com um certo grau de abstracção — considera seu objecto de estudo não como um simples aglomerado de elementos díspares, mas como uma organização de elementos solidários de tal modo que cada um depende dos outros e apenas é definível nas e por meio das suas relações de equivalência. (PIAGET, 1968 apud GALISSON; COSTE, 1983, p. 276)

Como se pode depreender, consoante Piaget (1968 apud GALISSON; COSTE, 1983), no estruturalismo, os elementos que compõem o sistema linguístico só podem ser analisados em função da inter-relação que eles mantêm entre si na cadeia da frase e de onde provém o seu valor enquanto signo linguístico.

Saussure concebia a *langue* como um fenômeno social, mas é preciso deixar claro que esse social não se referia ao social das pesquisas discursivas, haja vista não ter considerado a *parole* como objeto de estudo da linguística. O social de Saussure diz respeito, sobretudo, ao fato de a *langue* não estar completamente em nenhum indivíduo, mas no seio social, e pelo fato de a mesma se constituir de signos que são fruto de uma convenção social. “[...] a *langue* é, pois, uma instituição social que se impõe ao indivíduo coercitivamente [...]” (CARVALHO, 1984, p. 64)

Saussure concebe a linguagem como um fenômeno heteróclito, constituído, ao mesmo tempo, de um lado individual — a *parole* (fala), e outro social — a *langue* (língua), sistema abstrato, social, homogêneo, exterior ao indivíduo. Ao eleger a *langue* como objeto de estudo, vai priorizar o caráter formal, instituindo o princípio da imanência linguística, entendido como um estudo que:

[...] recusará fazer intervir fenômenos e explicações extra-lingüísticas e cingir-se-á ao próprio objecto que escolheu e que circunscreveu. Qualquer apelo a outras disciplinas (psicologia, história, etc.) é considerado, do estrito ponto de vista linguístico, como um retorno a uma forma de transcendência, portanto, como uma espécie de demissão científica. (GALISSON; COSTE, 1983, p. 389)

Parafraseando a citação anteriormente ilustrada, um estudo imanente da linguagem, para o estruturalismo, seria condição *sine qua non* para a Linguística tornar-se ciência, ou seja, o fazer estritamente linguístico deveria concentrar-se na *langue* — “[...] um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro, ou mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo.” (SAUSSURE, 1993, p. 21) A transcendência à forma linguística conduziria a Linguística à demissão científica.

A expressão imanência compõe-se dos termos latinos *in* e *manere*, que juntos significam originalmente “existir ou permanecer sempre num mesmo objeto.” (CUNHA, 2001, p. 425) Saussure (1993, p. 92) incorporou essa ideia ao Estruturalismo, asseverando, de forma incisiva, que “a língua é para nós a linguagem menos a fala.” Por outras palavras, a linguística deveria voltar-se apenas para a *langue* — sistema linguístico cognitivo, que existe virtualmente no cérebro humano, apresentando-se homogêneo e supra-individual a todos os membros de um mesmo grupo social. Assim, para Saussure, só é linguística o estudo cujo objeto é a *langue* — sistema homogêneo, excluindo a *parole* — um fenômeno multiforme e heteróclito, e tudo que estiver fora do escopo da língua. Esse recorte foi uma exigência da filosofia positivista para tornar-se a linguística uma ciência.

Se o pai da Linguística estrutural europeia é Ferdinand de Saussure, os americanos devem a Leonard Bloomfield (1887-1949) a inauguração de estudos estruturais nos Estados Unidos da América. Apesar de as duas correntes serem denominadas estruturalistas, mantendo liames entre si, apresentam, entretanto, aspectos teóricos distintos a elas inerentes: a corrente europeia parte da forma, do todo organizado por elementos, a fim de explicar a estrutura pelas relações que esses elementos têm com a forma. (LUID, 2010) Já a corrente americana tem como ponto de partida a descrição e o registro das centenas de línguas indígenas ágrafas norte-americanas, que se encontravam em processo de extinção. Seu principal pesquisador, voltado para a pesquisa linguística dos aborígenes, é Franz Boas (1858-1942), que, nas primeiras décadas do século XX, chegou a catalogar e descrever, para a sua preservação histórica, cerca de 1000 línguas. (MALMBERG, 1974, p. 197)

Com Boas, o Estruturalismo americano tem como ponto de partida a descrição e o registro das centenas de línguas indígenas ágrafas norte-americanas, que se encontravam em processo de extinção. Mencionam-se algumas contribuições: derrubou a suposta tese de uma gramática universal, pautada na tradição da gramática greco-latina, na medida em que se chegou à conclusão de que “a gama de variações que se pode encontrar nas línguas humanas era muito maior do que caberia supor com base em generalizações a partir de descrições gramaticais de línguas européias mais comuns.” (LYONS, 1983, p. 29) Assim, trouxe à baila o fato de algumas línguas indígenas nem sempre apresentarem as clássicas categorias gramaticais, a exemplo da flexão de número (singular e plural), não obrigatória na língua em kwakiutl.

Bloomfield, contudo, é visto como o principal representante da Linguística estruturalista norte-americana. Com ele, o estruturalismo

assumiu uma nova feição: o behaviorismo linguístico, cujas ideias levaram-no a assentar a linguística na abordagem mecanicista da linguagem, caracterizada por descrevê-la com base em fatos observáveis. Daí a sua tese de que “a aprendizagem da linguagem seria fator de exposição ao meio e decorrente de mecanismos comportamentais como reforço, estímulo e resposta.” (SCARPA, 2001, p. 206)

Para Bloomfield, pautado no behaviorismo, “aprender a língua não seria diferente, em essência, da aquisição de outras habilidades e comportamentos, como andar de bicicleta, dançar etc., já que se trata, ao longo do tempo, do acúmulo de comportamentos verbais.” (SCARPA, 2001, p. 206) “Para o behaviorismo, o comportamento humano é explicável a partir de dados externos, sem recorrer a dados internos [...]. Para Bloomfield, a linguagem é um comportamento e pode então ser estudada de maneira externa; [...]” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 148) “Ele aplica à linguagem o célebre esquema estímulo-resposta, e o formula da seguinte maneira: *S-r-s-R*. *S* é o estímulo externo que impulsiona qualquer um a produzir a fala *r*; essa resposta linguística constitui para o ouvinte um estímulo *s*, que provoca como retorno uma resposta *R*.” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 149)

Dedicou-se, sobretudo, aos estudos da linguística formal, contribuindo especialmente com a morfologia — estudo centrado na construção da palavra, que o levou a identificar o morfema — “forma (significativa) recorrente que não pode, por sua vez, ser analisada novamente em formas (significativas) recorrentes menores.” (BLOOMFIELD, 1933 apud LAROCCA, 1994, p. 29) Voltou-se, também, à fonologia, ao ter conceituado o fonema através da análise distribucional, pautada no ambiente sintático em que a expressão ocorre. Para a linguística distribucional, a partir de um *corpus* representativo, a meta era definir e classificar as unidades linguísticas (fonema, morfema, palavra) com referência ao conjunto de contextos ou ambientes onde elas podem ocorrer. Na acepção formal, um vocábulo se enquadra na classe dos substantivos, quando pode ocorrer em um determinado ambiente sintático que lhe confira tal *status*. É substantivo a unidade linguística que tem como antecedente o determinante (Det) que se realiza, prioritariamente, como o artigo e o demonstrativo e, na ausência dessas duas classes, o possessivo e alguns indefinidos podem ocorrer também nesta função (**O/aquele/esse/meu/amigo**). Portanto, distingue-se da classificação tradicional que parte do axioma de que, por exemplo, o substantivo é a palavra que nomeia o lugar, a pessoa e a coisa, enquanto

no paradigma funcional, o substantivo é uma expressão que exerce sua função linguística no contexto onde ele ocorre. Dentre os seguidores de Bloomfield, cita-se, neste momento, Zellig Harris (1932-2002), professor de Chomsky, o qual adotou com rigor nos seus trabalhos linguísticos o critério distribucional, dedicando-se à análise em Constituintes Imediatos (CI),<sup>1</sup> iniciada, também, por Bloomfield.

Em linhas gerais, o estruturalismo é alvo das seguintes críticas: o fato de ter eleito a *langue*, sistema abstrato, como objeto de estudo da ciência da linguagem e não a *parole*, conduzindo a uma linguística da abstração, conseqüentemente, excluindo o papel que o sujeito desempenha na língua e não considerando, pois, os elementos pragmáticos e socioideológicos presentes no processo discursivo.

Critica-se também o seu limite de análise restrito à frase, descartando o texto das suas preocupações (ILARI, 2004, p. 84), apesar do estruturalista Zellig Harris ter proposto, pela primeira vez, a expressão Análise do discurso. Para ele, o discurso seria um texto contínuo, constituído de estrutura linguística (escrito ou oral) e que vai além da frase. Contudo, é necessário frisar que, justamente por ser estruturalista, ele se atém, de fato, aos aspectos formais da língua, por explicar a sua constituição através do encadeamento dos seus elementos morfemáticos.

#### Estruturalismo linguístico

- não leva em conta nem o sujeito nem o contexto sócio-histórico na análise da língua;
- exclui as reflexões sobre a língua falada por considerá-la heterogênea, variável e com um caráter acientífico;
- restringe-se a análise aos fonemas, morfemas e sintagmas, tendo como limite máximo a frase. Daí ter excluído o texto de suas preocupações.

1 A análise em CI visa mostrar que os elementos que constituem as frases se escalonam em sucessivos níveis de organização que exibem entre si uma relação de dependência. As frases não são assim apenas — como pretendiam determinados modelos elementares de sintaxe — uma soma de elementos linearmente dispostos, mas uma estruturação desses elementos em vários graus de complexidade progressiva. (CHOMSKY, 1965, p. 12)



## O gerativismo linguístico: breves considerações

A partir dos anos 50, do século XX, a Linguística saiu dos padrões estruturalistas e se inseriu no arcabouço do gerativismo linguístico, de autoria do linguista de família judia, mas naturalizado norte-americano, Avram Noam Chomsky. Chomsky revolucionou a Linguística estrutural, ao substituir, entre outros, a sua base filosófica e o seu objeto de estudo, que passou da *langue* à competência linguística, entendida como “[...] o conhecimento mental puro de uma língua particular por parte do sujeito falante, isto é, a sua gramática interiorizada.” (RAPOSO, 1992, p. 31)

O programa gerativista nasce, basicamente, como uma resposta teórica ao behaviorismo,<sup>2</sup> na medida em que concebe a linguagem como um fenômeno exclusivo da mente humana, um aspecto singular das faculdades mentais da espécie humana, não sendo, pois, um sistema adquirido por meio de estímulos a respostas como preconizaram os bloomfieldianos; ao contrário, ela é um empreendimento entendido como um conjunto de propriedades inatas, biologicamente determinadas; é, então, um fenômeno humano universal. A perspectiva adotada por Chomsky procura, por meio de abstrações, explicar o que é e como funciona a linguagem humana, abordando pontos que vão da aquisição da linguagem à geração da sintaxe.

### Cotejando a *langue* (Saussure) com a competência linguística (Chomsky)

São expressões teóricas que não devem funcionar como sinônimas uma da outra. Efetivamente, o exame mais acurado vai revelar que a *langue* se diferencia da competência por sua base filosófica, entre outros, pelo fato daquela ser empirista, enquanto esta é racionalista; a *langue* “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”; “constitui algo adquirido”, é parte exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la. (SAUSSURE, 1993, p. 17) A competência - gramática internalizada e subjacente ao desempenho - é individual e tem base, em especial, nos fenômenos inatos, não sendo, portanto, adquirida, embora a criança, para ativá-la, necessite estar em contato com os usuários da língua no seio social.

2 A teoria behaviorista, representada pelos estruturalistas americanos, apresenta a linguagem como um fenômeno externo ao indivíduo, um sistema de hábitos, ou como “[...] um condicionamento social, uma resposta que o organismo humano produzia mediante os estímulos que recebia da interação social.” (KENEDY, 2008, p. 128)

Ressalta-se que, embora o gerativismo tenha se firmado no cenário linguístico como corrente dissidente do estruturalismo, ambas apresentam alguns pontos comuns entre si, a saber: do ponto de vista sincrônico, a corrente gerativista é também uma teoria estruturalista, já que estuda a língua segundo esse princípio; ambas as correntes concebem a frase como a unidade linguística máxima, confinando seus trabalhos às relações intrafrásticas, raramente voltando sua atenção para além dos limites da sentença; concentram, igualmente, o objeto da Linguística, seja ele a *langue* ou a competência linguística, no âmbito da abstração, colocando-a fora da sua função primária, que é o enfoque da língua em um efetivo processo de comunicação.

#### **Críticas ao formalismo linguístico**

As críticas feitas ao formalismo linguístico centram-se no fato de que o mesmo excluía o sujeito, o contexto discursivo e a história de suas preocupações teóricas e também ao modo como tais correntes viam a língua, concebendo-a como um sistema estritamente fechado em si mesmo sem relação com aspectos sócio-históricos.

## **Reflexões sobre a Linguística discursiva**

A partir dos anos 60, do século XX, uma plêiade de pesquisadores começou a questionar o estruturalismo e o gerativismo que representavam o fazer linguístico da época. As críticas, em linhas gerais, atinham-se ora à abstração do objeto de estudo da ciência da linguagem, ora à exclusão do sujeito, que envolviam ambas as correntes. Esse fértil terreno possibilitou o surgimento, sobretudo, de outras linhas de pesquisa, como os estudos do paradigma funcional da linguagem e os da Análise de Discurso de linha francesa.

### Funcionalismo linguístico

- a língua é vista como um instrumento de interação social, o que determina que ela seja analisada a partir de situações concretas de interação social;

- ressalta-se que, neste paradigma, o sujeito e o contexto sociopragmático passam a ser elementos cruciais à análise linguística, que não mais se atém à imanência do sistema linguístico.

O paradigma funcional da linguagem surge com a proposta de ancorar pesquisas voltadas para o uso linguístico, ou seja, para o efetivo processo de comunicação. Tem como traço singular o fato de conceber “a linguagem como, em primeiro lugar, um instrumento de interação social entre os seres humanos, usada com o principal objetivo de estabelecer relações entre falantes e receptores.” (DIK, 1981, p. 1) Nas palavras de Cunha (2008, p. 157), “os funcionalistas concebem a linguagem como um instrumento de interação social, alinhando-se, assim, à tendência que analisa a relação entre linguagem e sociedade.” Ainda consoante a referida pesquisadora, “seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando na situação comunicativa – que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo – a motivação para os fatos da língua. (CUNHA, 2008, p. 157) ”

O funcionalismo tem como alicerce filosófico a Pragmática (PEZATTI, 2004), cujas reflexões se iniciaram em fins do século XIX. Seu objetivo precípua é o de estudar a língua em uso, levando em conta os seus usuários, até então excluídos pela Linguística formal. Para a Pragmática, “o significado de uma expressão (palavra, frase) é o *seu uso ou aplicação na linguagem.*” (COSTA, 2007, p. 38) “As palavras, escreveu Wittgenstein, só adquirem significado no fluxo da vida; o signo, considerado separadamente de suas aplicações, parece morto, sendo no uso que ele ganha seu sopro vital.” (WITTGENSTEIN, 1993 apud COSTA, 2007, p. 38)

### De que tratam os estudos da pragmática?

Segundo Pinto (2006, p. 47), essa pergunta pode ser respondida de vários modos, em função da grande diversidade de pesquisadores (Charles Pierce, John Austin, Ludwig Wittgenstein, Jacob L. Mey, dentre outros) que se voltam para essa pesquisa. Contudo, mesmo reconhecendo as diferentes vertentes, é possível asseverar que “[...] a Pragmática analisa, de um lado, o uso concreto da linguagem, com vistas em seus usuários e usuárias, na prática linguística; e, de outro lado, estuda as condições que governam essa prática.” Assim, a Pragmática pode ser considerada como a ciência do uso linguístico, que contempla a linguagem na sua totalidade; refuta naturalmente a dicotomia *langue-parole* (SAUSSURE, 1993) e a competência-desempenho. (CHOMSKY, 1965)

Dentre as diferentes ramificações do funcionalismo, menciona-se a Linguística Textual (LT), abrindo-se um leque sistemático para o estudo do texto. A LT, ramo da ciência da linguagem, começou a desenvolver-se na década de 60 do século passado, na Europa, de modo especial, na Alemanha. Surge, basicamente, rompendo com as limitações teórico-metodológicas da Linguística Formal, sobretudo contra o seu objeto de estudo, centrado ora na *langue* saussuriana, ora na competência linguística chomskiana, que, embora estejam em correntes linguísticas distintas, comungam entre si a exclusão do texto enquanto fenômeno da pesquisa linguística. A LT, por outro lado, orienta-se por considerar o texto como objeto particular de sua investigação linguística, por ser ele a forma específica de manifestação da linguagem. (HARTMAN, 1971 apud SCHMIDT, 1978, p. 7)

## Análise de discurso francesa: algumas considerações

Quanto à Análise de Discurso de Linha Francesa (ADLF), tem-se uma vertente discursiva, que, ao contrário do que ocorreu com a Linguística Textual, não se apoia na Pragmática, mas no tripé teórico: Linguística, Marxismo e Psicanálise. Da mesma forma que a LT, a ADLF erigiu-se durante a década de 60 do século XX, também se posicionando contra a Linguística formal, porém edificando o seu objeto de estudo – o discurso, atravessado sempre por uma ideologia.

A ADLF questiona a Linguística a partir do deslocamento da noção de sujeito e de língua. Para esta corrente, o discurso é sempre marcado por uma ideologia e deriva de formações discursivas diversas nas quais o sujeito se inscreve ao enunciar.

Os estudos da Análise de Discurso francesa buscaram preencher uma lacuna deixada pela tradição formalista na linguística. Procuravam ver a língua como essencialmente marcada pela História e pela ideologia, não podendo compreendê-la, portanto, como um sistema fechado em si e por si mesmo.

Para a ADLF, o sujeito é sempre histórico e nunca completamente individual. Ele fala a partir de posições (de patrão, de empregado etc.) que ocupa socialmente, posições essas que influenciam no discurso, no modo como as palavras significam diferentemente. Assim, como afirmava Pêcheux (1995, p. 160) “as palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam.”

Da Linguística, a ADLF faz uma releitura do estruturalismo saussuriano, tomando-lhe emprestada a afirmação de Saussure de que a língua é fato social<sup>3</sup> (ORLANDI, 2005), na medida em que a língua, para ADLF, é vista na sua exterioridade, a partir da interface entre a ideologia, a história e a psicanálise. Contudo, reage contra o estruturalismo saussuriano, que se voltou à forma linguística, apenas, desprezando o sujeito na sua subjetividade. Assim, não interessa à Análise do Discurso de Linha Francesa focalizar a língua a partir de sua estrutura gramatical, morfológica, sintática ou ainda fonológica, mas a ela importa observar a língua como acontecimento marcado pelas especificidades históricas e ideológicas dos enunciadores.

O outro campo ao qual a ADLF se filia é o Marxismo, tendo como base, principalmente, o materialismo histórico. Esse último considera, dentre outras coisas, que o homem é o motor da História e que essa deve ser explicada através da luta de classes. Ao aplicar o conceito do materialismo histórico à língua, a ADLF pressupõe, em primeiro lugar,

3 Embora o social de Saussure diga respeito à *langue* como uma instituição social, para a ADLF, o social é entendido como a exterioridade que constitui a língua, sem que essa última seja vista, portanto, como um simples sistema formal ao qual se acrescentam elementos do contexto sociodiscursivo.

que o sujeito histórico não é um sujeito autônomo, mas é um sujeito que está subordinado a uma determinada classe social, que compartilha de um determinado sistema ideológico. Então, o lugar ocupado socialmente pelo sujeito do discurso é de suma importância, para que se compreenda como tal discurso significa.

É a partir da teoria marxista que a ADLF propõe uma reflexão sobre a noção de ideologia, deslocando-a da noção proposta inicialmente por tal corrente, concebendo a língua como um veículo de manifestação ideológica. De acordo com as teorias marxistas, a ideologia seria uma forma de escamoteamento da realidade, de inversão da situação real de exploração à qual o trabalhador está submetido. Assim sendo, quando uma doutrina religiosa afirma, por exemplo, para um trabalhador desempregado, que ele está em tal situação por vontade divina, para aprender com as provações da vida, dá a entender que tal sofrimento faz parte da ordem natural das coisas, não podendo ser mudado, e, portanto, pressupõe uma acomodação por parte desse trabalhador. Nesse ponto, a doutrina religiosa está ajudando a difundir a ideologia da classe dominante, visto que pressupõe que a classe dominada aceite a situação de privação pela qual está passando. A ideologia marxista seria, então, a distorção da realidade: o sofrimento existe porque Deus quer e não porque há exploração dos mais fracos; todos são iguais perante a lei, quando se sabe que existe efetivamente a desigualdade etc.

A Análise do Discurso de Linha Francesa não concebe a ideologia como forma de escamoteamento da realidade ou de inversão da mesma. Por esse motivo, diz-se que a ADLF faz um deslocamento dessa noção, considerando-a, sobretudo, como parte constitutiva do discurso. Como exemplo, coloca-se a citação a seguir:

A ideologia, por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como um conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação de uma realidade. Não há, aliás, realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história, para que haja sentido. (ORLANDI, 2005, p. 48)

Por fim, o terceiro campo ao qual a ADLF se filia é a Psicanálise, cuja contribuição ocorre, principalmente, a partir da concepção teórica do sujeito. Tal concepção pauta-se na ideia de que o sujeito é afetado pelo que Lacan (1999, p. 186) vai denominar de o grande Outro. Sobre essa questão, observe-se a citação a seguir:

O que é um sujeito? Será alguma coisa que se confunde, pura e simplesmente, com a realidade individual que está diante de seus olhos quando vocês dizem o sujeito? Ou será que, a partir do momento em que vocês o fazem falar, isso implica necessariamente uma outra coisa? [...] quando há um sujeito falante, não há como reduzir a um outro, simplesmente, a questão de suas relações como alguém que fala, mas há sempre um terceiro, o grande Outro, que é constitutivo da posição do sujeito enquanto alguém que fala.

Como se nota na citação anterior, Lacan (1999) considera que a existência do eu não pode ser desvinculada da existência do Outro. O eu é marcado pelo Outro que o interpela, constantemente, na atividade linguageira. O interpelar do sujeito pelo Outro faz-se, principalmente, a partir do inconsciente. Quando houve a descoberta do inconsciente por Freud (1977 apud MUSSALIM, 2001, p. 107), a noção de sujeito passa a se modificar. Esse não será mais visto como o sujeito cartesiano, o do “penso, logo existo”, senhor completo de seus atos e vontades, cuja essência é marcada pela liberdade completa, mas passará a ser concebido como um sujeito marcado pela incompletude e dividido entre o consciente e o inconsciente. Lacan faz uma releitura do inconsciente de Freud e afirma que esse se estrutura como uma linguagem que interfere no discurso do sujeito empírico. De acordo com Mussalim (2001, p. 107):

Para poder trazer à tona seu material, Lacan assume que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, como uma cadeia de significantes latente que se repete e interfere no discurso efetivo, como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente.

Assim sendo, para Lacan (1999), o inconsciente é estruturado como linguagem e é nele que se encontra o conjunto de significantes que marcam a constituição do sujeito, interpelando-o continuamente. O inconsciente seria, portanto, o lugar das diversas vozes que são marcadas no sujeito desde a mais tenra idade: a voz das instituições sociais (escola, igreja, família), a voz da mãe, do pai e dos avós que interferem no discurso do sujeito no momento em que ele toma a palavra e enuncia.

A Psicanálise vai contribuir com as teorias da ADLF, principalmente, a partir da sua concepção teórica do sujeito, que é pautada na ideia de que o sujeito é afetado pelo que Lacan (1999) vai denominar de o grande Outro. Assim, o sujeito é sempre constituído pela alteridade, marcado por diversas vozes sociais que se inscrevem no seu inconsciente.

Ainda com relação ao sujeito, para a Análise de Discurso de Linha Francesa, ele não é origem do dizer e é assujeitado por uma ideologia. A noção de sujeito assujeitado, ou seja, um sujeito que não é completamente livre, mas que está subordinado a determinadas regras sociais e a diversas ideologias, é, portanto, basilar para a AD. Interpelado pelo inconsciente e por fatores ideológicos, e ainda submisso à língua, o sujeito da AD não é o sujeito cartesiano do “penso, logo existo”, mas o sujeito sempre heterogêneo, falho e socialmente constituído.

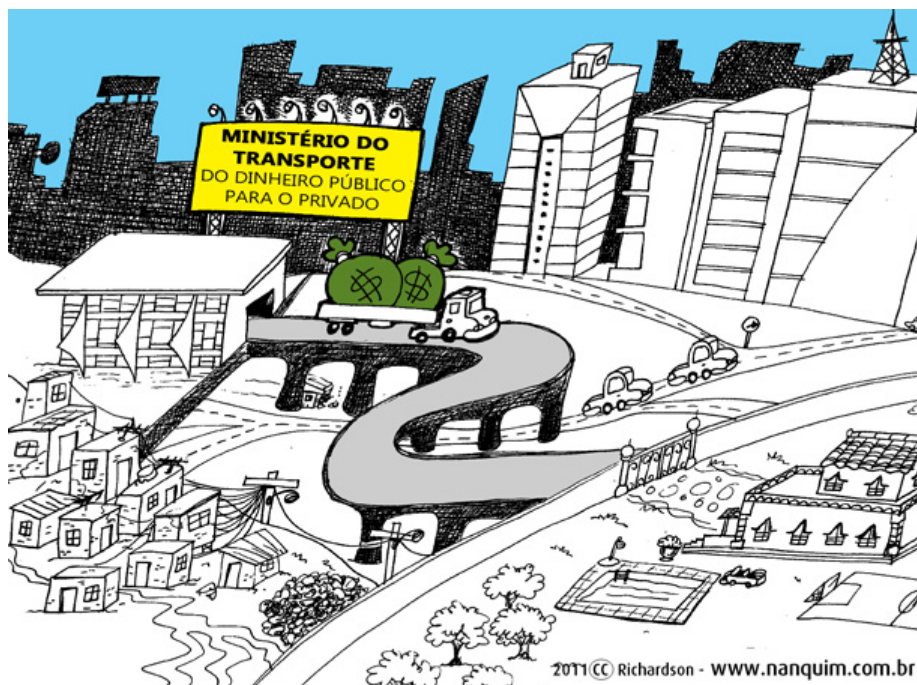
É importante ressaltar o fato de que o sujeito assujeitado não equivale a um sujeito completamente passivo ou sem vontade própria, como concebem alguns pensadores. Ser assujeitado significa, na AD, que o sujeito é sempre submisso a uma língua e a uma ideologia, apesar de ser relativamente livre para dizer o que diz. Orlandi (2005, p. 50) define sujeito assujeitado como aquele que é “ao mesmo tempo livre e submisso que pode tudo dizer desde que se submeta à língua e à ideologia.”

Assim, a Análise de Discurso de Linha Francesa pretende estudar o discurso, concebido como efeito de sentido entre interlocutores (ORLANDI, 2005) e o modo como esse discurso significa a partir da posição ocupada pelos sujeitos que utilizam a língua em situações de interação concreta.

Para ilustrar essa questão, coloca-se o exemplo:



Figura 1 – Ministério do transporte: do dinheiro público para o privado.



Fonte: Estúdio Nanquim (2011).

A figura anterior faz alusão à corrupção existente na política brasileira que pode ser percebida a partir dos sentidos veiculados no texto os quais podem ser melhor percebidos quando se observam o enunciado “ministério dos transportes do dinheiro público para o privado” e a imagem do caminhão cheio de dinheiro, retirado dos cofres públicos, dirigindo-se a uma grande casa na beira da estrada. Há um jogo metafórico envolvendo as palavras público e privado que, na charge, significam o desvio do dinheiro que deveria ser investido em melhorias da sociedade brasileira, mas que é usado para favorecimento próprio dos políticos corruptos.

A Análise do Discurso considera a relação entre o texto e os aspectos históricos que o constituem, os aspectos ideológicos, as diversas vozes, como se pode ver a seguir:

- a charge foi veiculada em 2011, na época em que o governo da presidenta brasileira Dilma Roussef enfrentava problemas a partir da

acusação de envolvimento de ministros do governo, dentre os quais o ministro de transportes, em casos de corrupção;

- a ideologia, materializada na charge, traz à tona a ideia de que a corrupção é algo prejudicial ao país, mas que, ao mesmo tempo, é sua marca;

- os diversos discursos sobre a corrupção e a política brasileira, isto é, a ideia de que todo político é corrupto, de que não existe seriedade na política brasileira, de que a corrupção é algo que já faz parte da própria política etc;

- o posicionamento ideológico do sujeito que enuncia: ele, através da crítica que é veiculada na charge, filia-se ao grupo social que se opõe à corrupção e que não a considera um elemento saudável para o país;

O exemplo da Figura 1 funciona, portanto, como um evento discursivo que mobiliza aspectos históricos, ideológicos e sociais, com os quais se preocupa efetivamente a Análise de Discurso de Linha Francesa.

# O surgimento da Linguística textual

A Linguística de Texto (LT) surgiu na década de 60 do século XX, na Alemanha, em um momento em que o paradigma formal da linguagem, vigente naquela época, deixava de responder, adequadamente, a vários problemas que foram, gradativamente, instaurando-se por uma plêiade de diferentes pesquisadores. Dentre essas questões, ilustram-se:

- os pragmaticistas questionavam por que Saussure se debruçou às estruturas linguísticas, excluindo, destarte, o indivíduo dos estudos linguísticos;

## A LT e a crítica ao formalismo linguístico

A LT buscava, então, estudar o texto como uma estrutura complexa e não apenas como morfemas ou fonemas, tal qual faziam os adeptos do formalismo linguístico.

- os pesquisadores da Análise de Discurso (AD), em seu sentido geral, bem como os da Pragmática, perguntavam: por que o sentido provém da imanência do sistema linguístico? Na verdade, criticavam a tese da autonomia linguística, defendida pela visão formal que diz respeito à independência semântica do texto escrito, restringindo, pois, a significação aos constituintes de uma sentença, apenas;

- os neófitos da Linguística Textual (LT) questionavam o fato de a Linguística ter como objeto de estudo a *langue*, como postulava Saussure, ou a competência linguística de Chomsky, arguindo que a ciência da linguagem devia voltar-se para o estudo do texto como seu objeto de investigação linguística, sem ter como foco a identificação de morfemas e fonemas, a partir de um *corpus* limitado.

E a essas perguntas e/ou reflexões, a Linguística Formal não podia responder, na medida em que o seu foco de análise se atinha ao sistema linguístico, ou seja, à forma, entendida exclusivamente como código linguístico – a estrutura.

Foi a partir dos anos 80 do século passado que a LT amadureceu, ao ampliar o seu escopo de análise com a inclusão da pragmática, o que lhe possibilitou o estudo da língua falada, bem como uma revisão teórica acentuada nos seus pilares nucleares. Na última década do século XX, sobretudo a partir de 1995, a Linguística Textual, face ao pleno exercício discursivo e suas implicações, dá sinais pontuais de que ainda é preciso mudar, trazendo, em seu bojo, especialmente, as contribuições teóricas de Mondada (1995) e as ideias basilares de Bakhtin (2003). Esse alicerce teórico vai determinar, conseqüentemente, um novo ajuste na compreensão do texto como um todo.

## As fases da Linguística textual

Apesar de não ter tido um desenvolvimento homogêneo, pelo fato de ter surgido em vários países, apresentando, conseqüentemente, diversas tendências para o tratamento do texto, há um senso comum em apresentar três momentos e/ou fases, que caracterizam as pesquisas da Linguística Textual, a saber: a Análise Transfrástica (também denominada interfrástica), a Construção de Gramáticas e As Teorias do Texto.

Contudo, no final do século XX e nos primórdios do século XXI, observam-se sinais pontuais de que a Linguística Textual estaria caminhando para novos momentos — a perspectiva sociocognitivo-interacionista de Koch (2004, p. 31-32), já consolidada no seio das pesquisas da LT, e a fase bakhtiniana, que vem sendo proposta por Heine, de forma sistemática desde (2009), depreendida, inicialmente, a partir do sujeito social. Mas as pegadas que sustentam essa caminhada da LT ligam-se, essencialmente, às reflexões do filósofo Bakhtin (2003), solidificando-se mais ainda em Barros (2007, p. 21), que, desde 1994, vem buscando pontuar as contribuições de Bakhtin em relação ao texto e/ou discurso,<sup>4</sup> pesquisa que impele a rever os precursores *stricto sensu* da Linguística Textual,<sup>5</sup> incluindo, ao lado dos retóricos, da estilística, da Escola de Praga e dos formalistas russos, a obra de Bakhtin, na sua abordagem semiótico-discursiva.

---

4 Bakhtin usava as expressões texto e discurso como sinônimas (BARROS, 2007).

5 Na tradição, os precursores *lato sensu* da Linguística Textual são os retóricos e a estilística.

Nos anos 80, a LT ampliou o seu escopo de análise, caracterizado pela virada pragmática. A partir de 1995, a caminho do século XXI, a LT dá sinais de que ainda é preciso mudar, trazendo, em seu bojo, especialmente, as contribuições teóricas de Koch (2004), Mondada (1995) e as ideias basilares de Bakhtin (1997, 2003).

É comum a informação de que as fases da Linguística Textual não são cronológicas, ou seja, pressupõe-se que elas ocorreram de forma simultânea, ao longo do tempo. Contudo, essa assertiva merece reflexão, porque é possível observar uma cronologia entre as suas primeiras fases, Análise Transfrástica e Gramáticas de Texto, e, a subsequente, qual seja, as Teorias do Texto. A ausência de cronologia talvez seja pertinente entre os dois primeiros momentos, considerando que há linguistas que quando vão focalizar os primeiros passos da LT o fazem a partir das Gramáticas de Texto, não reconhecendo o momento transfrástico - postura que pode ser explicada por conta do perfil teórico que as une, como se verá mais adiante. Sobre isso, ilustra-se o texto em que Beaugrande (1997, p. 75. grifo do autor) faz uma reflexão sobre o campo de estudos da Linguística Textual:

[...] Quando este campo de estudos emergiu sob esta denominação, o primeiro estágio caracterizou-se como uma **gramática de texto**, estendendo-se dos meados dos anos 60 até os meados da década de 70. Seguindo a corrente dominante no continente europeu, esta noção de 'gramática' era grandemente formalista e intimamente ligada à sintaxe: tanto era um repertório de distribuições de morfemas e estruturas de frases numa abordagem descritiva, como era um sistema de regras para propiciar 'descrições estruturais' aos textos, numa abordagem gerativista. Contava-se com a linguística textual para justificar-se a si própria através da descoberta das restrições formais, p. ex., as conjunções e os pronomes que se aplicam 'além das fronteiras da sentença', em formas diferentes do que o usado dentro da sentença isolada.

Para Beaugrande (1997, p. 75), as Gramáticas de Texto representam o primeiro estágio da Linguística Textual, não fazendo, inclusive, menção à fase Transfrástica. Esse seu posicionamento talvez se explique pelo fato de a segunda fase ainda se mostrar sob o escopo teórico da Linguística Formal e por ocorrer, efetivamente, de modo simultâneo com a primeira fase, ou seja, entre os anos de 1960 e a década de 70 do século XX. Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 259-260), ao tecerem

comentários sobre os primeiros passos da Linguística Textual, referem-se, também, à sua segunda fase, demonstrando direta ou indiretamente certa desconsideração da fase Transfrástica, como se verifica em: “No final dos anos 60, aparecem, na Alemanha, “gramáticas de textos”, com a ambição de produzir um conjunto infinito de estruturas textuais bem formadas de uma língua dada.” (LHWE, 1972 apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 259)

De acordo com Koch (1994), nas duas primeiras fases da Linguística Textual, o sentido era visto como algo que provinha da estrutura — centrado na imanência do sistema linguístico. Por outras palavras, apesar de a LT ter definido o texto como seu objeto de estudo, este ainda estava sob o primado do formalismo linguístico, apresentando-se como um produto, algo cristalizado, uma espécie de caixinha de surpresa de onde se extraem os sentidos. Logo o sujeito e todo o seu conhecimento de mundo (dentre outros fatores essenciais à construção do sentido) não era considerado, pois o texto era visto como materialidade linguística, isto é, o texto enquanto cotexto.

Por outro lado, corroborando com o reconhecimento da fase transfrástica da Linguística Textual, observa-se o posicionamento de Marcuschi (2003, p. 3):

O modelo aqui designado transfrástico (também chamado supersintaxe, hipersintaxe ou macrossintaxe) não tem um patrono e sim uma convicção básica: a análise da língua não pára na frase. Admite o texto como a unidade básica e faz dele seu objeto. Tem do texto uma visão bastante estruturalista, embora dentro de uma variada gama de perspectivas teóricas.

Consoante Marcuschi (2003), é possível depreender que a Linguística Textual, nos seus primeiros passos – na fase Transfrástica, limitou-se a estabelecer tessituras/coesão textual, a partir, sobretudo, de fenômenos sintático-gramaticais, extrapolando os limites da frase. Assim, nos dois primeiros momentos, “a análise transfrástica e a construção de gramáticas de texto, a preocupação inicial da LT era apenas de descrever os fenômenos sintático-semânticos que ocorriam entre as seqüências frásticas.” (KOCH, 1994, p. 11) De acordo com Koch (2003), tem-se aí um sujeito subordinado ao sistema linguístico, cujo foco de análise recai, apenas, no texto enquanto código, excluindo, destarte, todo o conhecimento a ele inerente. No caso de uma interpretação

textual, por exemplo, o sentido é visto como algo que provém da estrutura, centrado na imanência do sistema linguístico.

Vê-se, pois, que o texto, nas fases citadas anteriormente, refere-se tão somente ao contexto linguístico *stricto sensu*, isto é, “o texto como uma frase complexa”, pautado em uma “fundamentação gramatical” (ANTOS, 1997, p. 1), noção que levou alguns linguistas britânicos à formulação do termo *cotexto*, exatamente para conceituarem o texto interpretado apenas no âmbito da imanência do sistema linguístico, ou seja, uma análise textual circunscrita à forma linguística, pois a sua transcendência conduziria a Linguística à demissão científica.

Da fase Transfrástica e passando pelas gramáticas de texto, a LT segue à fase Construção das Teorias Textuais, o seu terceiro momento, em que o contexto pragmático ganha relevância para a compreensão do texto.

## **A fase pragmática da Linguística Textual**

A partir das Teorias do Texto, as atenções dos pesquisadores da Linguística Textual (LT) voltaram-se para estudar o texto em uso, investigando as suas condições de produção, constituição, compreensão e funcionamento textual. (MARCUSCHI, 1983) Nessa fase, o contexto pragmático ganha relevância para a compreensão do texto; daí o porquê desse momento ser designado por Koch (2004, p. 13) de “A virada pragmática.”

## A pragmática

“[...] a pragmática aposta nos estudos da linguagem, levando em conta também a fala, e nunca nos estudos da língua isolada de sua produção social.” (PINTO, 2006, p. 47);

- a pragmática é a ciência do uso linguístico. [...] estuda a relação entre a estrutura da linguagem e seu uso, o que fora deixado de lado pelas correntes formalistas. (FIORIN, 2002, p. 166);

- a linguagem, para a pragmática, não serve só, nem primeiramente, nem sobretudo, para representar o mundo, mas que ela serve para realizar ações. – todo dizer é um fazer (AUSTIN, 1982). Falar é agir sobre outrem. (ARMENGAUD, 2006, p. 13) Por exemplo, quando alguém profere o enunciado Amanhã eu voltarei para casa, além da significação frástica de voltar para casa, é possível que essa pessoa esteja também fazendo uma ameaça ou uma promessa. Esses sentidos que são processados discursivamente, refletindo a posição do locutor em relação ao que ele diz, são comumente denominados de Atos ilocucionários. (AUSTIN, 1982)

Quando se fala em Pragmática, faz-se mister registrar, ainda de forma lacônica, que ela surgiu a partir de inquições filosóficas instauradas na transição entre os séculos XIX e XX. Nesse período, diferentes ramos da Filosofia debruçaram-se a refletir sobre questões da linguagem, distanciando-se da ortodoxa Filosofia clássica, voltada para reflexões abstratas, como a explicação da essência do mundo, da realidade, do ser, do conhecimento, do sentido com base na conclusão de um silogismo lógico.<sup>6</sup> Esse movimento é comumente denominado Filosofia da Linguagem, que, no século XX, floresceu por meio de duas vertentes, quais sejam: a Escola de Cambridge e a Escola de Oxford. Essa última se voltou, efetivamente, para a instauração da Pragmática, ao defender a tese de que era necessário examinar a linguagem, a partir do uso, estudar a linguagem ordinária, ou seja, a linguagem comum do dia-a-dia. Caracteriza-se, sobretudo, por contemplar a seguinte tese:

[...] o significado de uma expressão (palavra, frase) é o seu uso ou aplicação na linguagem. ‘As palavras’, escreveu Wittgenstein, ‘só adquirem significado no fluxo da vida; o signo, considerado separadamente de suas aplicações, parece morto, sendo no uso que ele ganha seu sopro vital’. As nossas expressões adquirem diferentes funções, de acordo com o contexto no qual

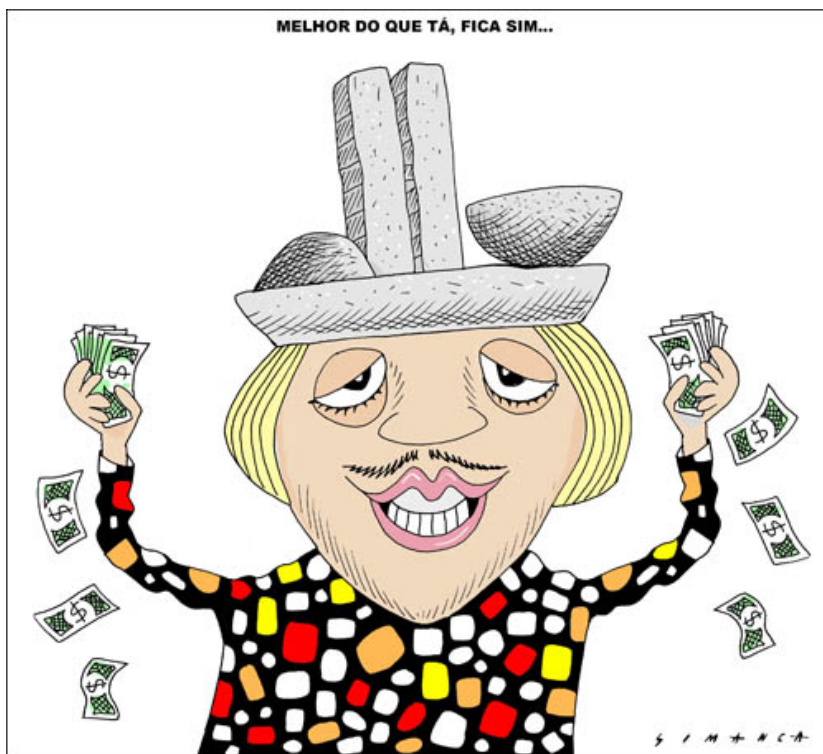
<sup>6</sup> Exemplo clássico de silogismo é o seguinte: Todo homem é mortal. Sócrates é homem. Logo, Sócrates é mortal. Segundo Aristóteles (1985), como se pode verificar por meio do exemplo dado, o silogismo se constitui de três proposições declarativas que se imbricam entre si, sendo as duas primeiras denominadas de premissas e a última, a conclusão, decorrente das proposições presentes nas premissas a ela antecedentes.



elas são empregadas, modificando-se, assim, o que se quer dizer com elas. (WITTGENSTEIN, 1999 apud COSTA, 2007, p. 38)

Wittgenstein deixa claro que o ponto fulcral da Pragmática é o sentido, gerado no fluxo da vida, no seu efetivo processo de comunicação. Para melhor esclarecimento, considere-se o exemplo:

Figura 2 – Aumento no Congre\$\$o



Fonte: Simanca (2010).

A Figura 2 relaciona-se, de forma direta, com a propaganda eleitoral de Tiririca, humorista, eleito deputado federal em 2010, com o *slogan* *Pior do que tá, não fica*, que representa, para alguns, um deboche à democracia, mas, para outros, uma severa crítica à politicagem no Brasil. A charge de Simanca, ao estabelecer esse diálogo com o referido *slogan*, critica o aumento abusivo do salário dos deputados, explicando, de certa forma, o bordão “Melhor do que tá, fica sim”, fazendo alusão

ao dinheiro fácil que corre no meio político, encontrando-se, ora nas meias, sacolas e bolsos de paletó, ora nas cuecas.

Sob a análise da Pragmática, a Figura 2 deve ser vista como uma enunciação, ou seja, “[...] é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82), que processa um discurso, gerado na situação concreta de fala. Esse discurso provém de um sujeito consciente, individual, marcado pela sua intencionalidade, e responsável pelo sentido não literal, o que evidencia a opacidade semântica, pelo fato de o sentido ser depreendido a partir de inferências e conhecimentos de mundo, em geral. Assim, a Figura 2 não representa uma charge para, simplesmente, informar o vultoso aumento salarial dos políticos, mas, sobretudo, para agir sobre os seus interlocutores, pois, na Pragmática, a linguagem é ação; é agir sobre outrem, influenciando-o, a fim de conscientizá-lo, para que ele tome também uma posição crítica diante do cenário político brasileiro. Esse valor intencional é denominado, segundo John Austin (1962 apud PLAZA, 2001, p. 57), ato ilocutório, que exerce influência sobre o outro, e os efeitos indiretos, que ele produz no interlocutor, são os atos perlocucionários.

Essa fase da LT designa uma nova forma do fazer da Linguística Textual, por ter dado passos firmes em direção à Pragmática, ampliando o seu escopo de análise linguística. Assim sendo, não mais se restringe ao contexto linguístico *stricto sensu*, dirigindo-se também ao contexto referente “[...] a situação concreta em que os atos de fala são emitidos, ou proferidos, o lugar, o tempo, a identidade dos falantes etc., tudo o que é preciso saber para entender e avaliar o que é dito.” (ARMENGAUD, 2006, p. 13); daí voltar-se para o falante, a partir do efetivo processo de comunicação.

Na Virada Pragmática, a língua não é mais vista como um conjunto de signos que se combinam segundo regras e que é capaz, simplesmente, de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor, mas, sobretudo, como um ato de linguagem, que, ao ser proferido por um determinado interlocutor, poderá agir sobre os demais, considerando as circunstâncias da situação comunicativa.

Tecem-se, a seguir, considerações sobre os principais pilares da LT, inerentes à fase pragmática: as concepções de língua, texto, sujeito, competência comunicativa, contexto, coesão, coerência, dentre outras.

#### O texto como processo

O texto passa a ser compreendido não mais como um produto acabado, mas como um processo. Por isso, ele é opaco e não transparente semanticamente, ou seja, o sentido é processado durante o ato comunicativo a partir da materialidade linguística, dependendo, sobretudo, da intenção do falante, mas também do conhecimento de mundo do usuário da língua.

No que tange à concepção de língua, esta apoia-se naturalmente nas reflexões da Escola de Oxford,<sup>7</sup> a partir de Austin (1962 apud PINTO, 2006, p. 57), que concebe “a linguagem como uma atividade construída pelos/as interlocutores/as, ou seja, é impossível discutir linguagem sem considerar o ato de linguagem, o ato de estar falando em si — a linguagem não é assim descrição do mundo, mas ação.” Por outras palavras, a língua não é mais vista como um conjunto de signos que se combinam segundo regras e que é capaz, simplesmente, de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor, mas, sobretudo, como um ato de linguagem, que, ao ser proferido por um determinado interlocutor, poderá agir sobre os demais, considerando as circunstâncias da situação comunicativa.

Quanto à concepção de texto, diferentemente das fases anteriores da LT, que o concebiam como um produto, na perspectiva pragmática o texto ganha o *status* de processo. Nas palavras de Bentes (2001, p. 247), “[...] o texto passa a ser estudado dentro do seu contexto de produção e a ser compreendido não mais como um produto acabado, mas como um processo, resultado de operações comunicativas e processos linguísticos em situações sociocomunicativas.” Nessa nova aceção, o texto é visto como opaco e não transparente semanticamente, o que significa dizer que o sentido é processado durante o ato comunicativo, tendo como ponto de partida a materialidade linguística necessária para a construção semântico-pragmática, que depende não somente da intenção do falante, mas também do conhecimento de mundo do usuário

<sup>7</sup> Escola filosófica que ocorreu na Inglaterra, entre 1930 e 1960, aproximadamente.

da língua. O sentido não está preso ao cotexto, ou seja, à superfície textual, mas perpassa a materialidade linguística e ocorre na interação entre cotexto e o contexto da enunciação.

No que se refere ao sujeito, como já mencionado anteriormente, fundamenta-se, evidentemente, nas concepções de linguagem inerentes à própria Pragmática, na qual ela é vista como “uma prática social concreta e também complexa, pois, enquanto tal, envolve elementos do contexto de uso, convenções de uso e de intenções do falante.” (AUSTIN, 1962 apud PLAZA, 2001, p. 57) O sujeito pragmático, marcado pela intencionalidade, emerge das suas manobras, estratégias discursivas, que ele mobiliza para conseguir seus intentos comunicativos. (BRANDÃO, 2001) É, pois, um sujeito individual (BENVENISTE, 1989), de vontade própria, que visa, de algum modo, agir conscientemente sobre o seu interlocutor na instância discursiva.

A participação do sujeito, nos estudos linguísticos, é conferida pela necessidade de se agregar situações reais de comunicação aos estudos linguísticos, quase sempre ausentes nas pesquisas do paradigma formal. Desse modo, a concepção de sujeito adotada nessa fase é de um ser consciente de suas ações, livre para fazer suas próprias escolhas linguísticas e sociais. Veja-se o Exemplo 1 a seguir:

**Exemplo 1:** Inversão de papéis: borboletas fêmeas cortejam os machos

Estudo constatou que comportamento sexual de espécie de borboletas é modificado dependendo da estação do ano. Certas fêmeas de borboletas se mostram sexualmente agressivas em relação aos machos quando são expostas a temperaturas frias no estágio de larva, um exemplo incomum de trocas de papéis sexuais, revela uma pesquisa publicada nesta quinta-feira. (INVERSÃO..., 2011)

Analisando (Exemplo 1), sob a perspectiva da Pragmática, pode-se, inicialmente, interpretar, a partir do título textual *Inversão de papéis: borboletas fêmeas cortejam os machos*, que o seu produtor deixara transparecer a sua posição de machista, isto é, de que é o macho quem deve cortejar a fêmea. Apesar de o mundo moderno envolver um contingente feminino, o qual já ocupa cerca de 40% da força de trabalho, e com uma geração de mulheres que também cortejam os homens, esse sujeito se cristalizou no tempo, carregando, pois, no seu bojo, o machismo tradicional. O referido título do texto em (1) antecipa informações processadas, em

sua maioria, através de inferências (MARCUSCHI, 1983), pelo fato de a Pragmática não considerar o sentido-literal, ou seja, o sentido depreendido apenas por decodificação, por ser ele processual, mas com foco na intenção de um sujeito consciente e individual, responsável pela construção do referido sentido não literal.

Nessa fase da LT, diferentemente do momento Gramáticas de Texto, em que se voltou para o texto como sistema linguístico, focaliza-se a Competência Comunicativa (CC), introduzida, na década de 60, pelo antropólogo Dell Hymes (1995). Trask, pautado em Dell Hymes, conceitua como:

[...] a capacidade de usar a língua adequadamente em situações sociais. Para falar uma língua com sucesso, é necessária uma **competência estritamente lingüística** nessa língua: domínio da pronúncia, da gramática e do vocabulário. Mas é preciso mais do que isso: é necessária também uma **competência sociolingüística** — o conhecimento de coisas tais como o modo de começar e terminar conversações, como e quando ser educado e como dirigir-se às pessoas. Além disso, é necessária também uma **competência estratégica**, o conhecimento de como organizar um trecho de fala de maneira eficaz, e como perceber e contornar incompreensões e outras dificuldades. (TRASK, 2004, p. 58, grifos do autor)

A Competência Comunicativa (CC) traz em si uma dimensão social, deixando evidente que a Competência Gramatical (CG) não é suficiente para o falante sair-se bem no seu processo comunicativo; para tanto, ele deve articular a sua competência gramatical a outras competências que, a partir de Canale (1995, p. 63-81), mencionam-se: a competência sociolingüística (domínio de regras que comandam as significações sociais); a competência discursiva (capacidade de organizar textos com coesão e coerência); a competência estratégica (domínio de estratégias para compensar situações interativas difíceis, como os colapsos na conversação, dentre outros). A competência comunicativa traz à baila, não apenas a competência linguística — o conhecimento do código linguístico, conseqüentemente da sua gramática, caracterizada por regras e estruturas, mas, principalmente, a capacidade de alguém usar a língua nas práticas sociais.

A CC é a capacidade de alguém usar a língua nas práticas sociais, deixando claro que a CG não é suficiente para o falante sair-se bem no seu processo comunicativo; para tanto, ele deve articular a sua CG a outras competências (a sociolinguística, a discursiva, a competência estratégica, dentre outras).

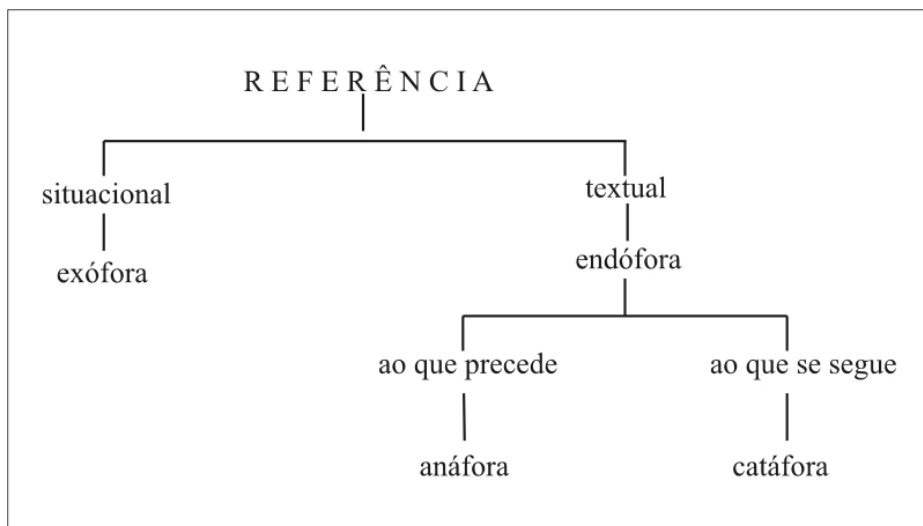
Quanto à noção de contexto, nessa fase da LT, não mais se atém a um contexto linguístico *stricto sensu*, restrito ao princípio da imanência do sistema linguístico, que consiste, tal como postulou Saussure (1993), em estudar a língua em si mesma e por ela mesma. É, pois, eminentemente pragmático, preocupado, principalmente, em estudar o sentido de um enunciado, proveniente do uso e da intencionalidade do seu interlocutor; assim sendo, postula uma noção de contexto relacionada às extensões referenciais, em especial aos dêiticos espaciais e/ou temporais e aos conhecimentos partilhados dos interlocutores do discurso. Tem-se, portanto, uma noção ampla, pelo fato de considerar não só o contexto de produção, mas também as condições pragmáticas e cognitivas que constituem o ato comunicativo, na sua totalidade. (HEINE, 2000)

No Brasil, entre as décadas de 80 e 90 do século XX, o estudo da coesão textual teve como alicerce a obra de Halliday e Hasan. (1976, p. 4-7) Conforme esses linguistas, “a coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro” (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 4), e está distribuída em três categorias distintas, a saber: a coesão gramatical (que compreende a referência, a substituição e a elipse), a coesão lexical e a conjunção. Passa-se a focalizar, inicialmente, a coesão gramatical, a partir da noção de referência.

A coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro. (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 4)

A noção de referência<sup>8</sup> está ligada ao aspecto gramatical de uma língua, sendo definida, geralmente, “como um processo segundo o qual se estabelece uma relação semântica entre dois elementos textuais ou ainda entre um elemento textual e outro extralingüístico.” (VIEIRA, 1988, p. 165) E é nesse sentido que Halliday e Hasan (1976, p. 33) a concebem. Eles postulam uma noção de referência, constituída por dois elementos, conforme se verifica no esquema:

Esquema 1 – Referência em Halliday e Hasan



Fonte: HEINE (2000, p. 91)

A referência exofórica — *ex* do grego ‘fora, fora de, para fora’ (CUNHA, 2001, p. 342) — diz respeito à expressão linguística, cujo referente encontra-se no contexto extralingüístico. São expressões exofóricas os elementos linguísticos para cuja interpretação recorre-se ao contexto de situação, ou seja, refere-se a elementos extratextuais.

8 A noção clássica de referência diz respeito “[...] a função pela qual um signo lingüístico se refere a um objeto do mundo extralingüístico, real ou imaginário” (DUBOIS et al., 2004, p. 511), aceção essa que tem sido objeto de discussão entre os filósofos, lógicos e linguistas.

Exemplo 2: A família

DOC <sub>1</sub>	- Pode começar. (inint) --
INF <sub>1</sub>	- Nasci em mil novecentos e cinquenta e um, em Salvador.  Minha mãe é de Salvador, meu pai é de Salvador. Tenho a Profissão de farmacêutica.
DOC <sub>2</sub>	- Fiz curso primário e secundário e Universitário em Salvador.
INF <sub>2</sub>	- Pode falar (muito baixo)  - Nasci no ano de mil novecentos e cinquenta, em Muritiba.  Minha mãe nasceu em Salvador, meu pai nasceu em Alagoinhas. (D2 SSA 204: 02).

Os pronomes eu/tu/você, no Exemplo 2, manifestam a propriedade exofórica, por terem a sua referência definida na instância discursiva: cada eu, por exemplo, corresponde a um ser único do discurso, aspecto que define o seu valor, enquanto elemento derivado da enunciação. Segundo Benveniste (1995, p. 281), os referidos pronomes são signos móveis, possibilitando a qualquer locutor assumi-los na enunciação, ou seja, seus referentes são definidos na situação comunicativa. No Exemplo 2, as ocorrências marcadas com o símbolo f representam as formas elípticas pronominais você (linhas 1 e 5) e eu (linhas 2, 3, 4 e 6), que remetem ora ao informante INF1 (linha 2), ora ao informante INF2 (linha 6), que estão situados no contexto situacional de uma determinada interação.<sup>9</sup>

A endófora (*éndon*, do grego em, dentro de (CUNHA, 2001, p. 342)) é, também, uma entidade de referência. Contudo, diferentemente da exófora, é um tipo de referência intratextual em que os referentes estão presentes a nível de cotexto, isto é, estão simbolizados na materialidade textual e não na situação comunicativa. Há dois tipos de elementos endofóricos: anáfora, quando a interpretação de uma expressão linguística, comumente denominada anafórica, depende da interpretação de uma outra expressão que lhe precede no cotexto — o seu antecedente; catáfora, quando a interpretação de uma expressão linguística,

9 O exemplo foi retirado do Projeto do Estudo da Norma Linguística Urbana Culta - Projeto NURC/Salvador, inquérito 204 - D2 (Diálogo entre dois informantes), tendo como interlocutores um documentador (DOC) e dois informantes (INF1 e INF 2).



o elemento catafórico, depende de uma outra que lhe pospõe, o seu conseqüente.

Veja-se o exemplo:

**Exemplo 3:** Eles<sup>1</sup> se mordem de ciúme

Geralmente **os cães**, que demonstram esse sentimento, tão comum entre os humanos, devem ser controlados, para evitar que a vida em família torne-se um tormento. **Eles**<sup>2</sup>são uns amores. Brincam, lambem, pedem colo e têm todo o carinho retribuído. Mas se percebem que o amor não está sendo dirigido somente a **eles**<sup>3</sup>, é melhor sair da frente. **Os animais** de estimação também sentem ciúme, que se assemelha à inquietação dos humanos nas relações de namoro ou amizade. O comportamento **deles**<sup>4</sup> não tem relação estrita com raça, sexo, nem temperamento. Segundo especialistas, o que se percebe, em geral, é que a culpa pelos ciúmes recai sobre os próprios donos [...]. (NERY, 2010, grifo nosso)

É necessário registrar que, de acordo com Halliday e Hasan (1976), os elementos coesivos endofóricos só se realizam através de expressões gramaticais (pronomes pessoais, possessivos, oblíquos de 3ª pessoa etc.) e estabelecem tessituras textuais a partir de itens lexicais presentes no texto.<sup>10</sup> Portanto, dessa cadeia coesiva, destacam-se os seguintes elementos:

- os sintagmas nominais (SN) **Eles**<sup>2</sup>, **eles**<sup>3</sup> e **deles**<sup>4</sup> exercem a função de anafóricos, na medida em que a sua interpretação depende da do seu antecedente: SN **Eles**<sup>2</sup> e **eles**<sup>3</sup> retomam, respectivamente, **os cães** e **deles**<sup>4</sup>, **Os animais**.

- o sintagma nominal **Eles**<sup>1</sup>, que ocorre no título, de forma oposta, funciona como catafórico, pelo fato de o pronome realizar-se antes da expressão referencial **os cães**.

A anáfora e a catáfora efetivam coesão correferencial,<sup>11</sup> por relacionarem duas expressões que possuem exatamente o mesmo referente materializado no texto enquanto código linguístico; por exemplo, o SN **eles**<sup>3</sup> mantém a mesma referência do seu antecedente — **os cães**. Focaliza-se, a seguir, a coesão lexical e a coesão por conjunção:

10 É necessário informar que os elementos elípticos não foram considerados elementos anafóricos por Halliday e Hasan (1976), embora processem retomadas pontuais.

11 Entende-se por coesão correferencial o processo de retomada textual, seja por pronomes ou por nomes, que mantém exatamente o mesmo referente. Ilustra-se o pronome **Eles**<sup>2</sup>, do exemplo 03, linha 03 (vide nesta mesma seção) que retoma o sintagma nominal **os cães**, mantendo, pois, a mesma referência.

De acordo com Halliday e Hasan (1976), a coesão lexical<sup>12</sup> é um tipo de elo textual que se diferencia dos demais, por inserir-se no domínio do léxico, realizando-se apenas por meio de itens lexicais. A conjunção, por outro lado, se diferencia dos demais elos textuais focalizados, por não representar elementos de retomadas, mas, sim, por relacionar proposições, enunciados e parágrafos entre si. Segundo os referidos autores, os principais elos coesivos conjuntivos são as conjunções coordenativas e subordinativas, expressões enumerativas (em primeiro lugar), relações de causa-consequência (daí, por isso, assim sendo etc.), dentre outros. Considere-se o Exemplo 4:

Exemplo 4: O vestuário

DOC	-- Hum. E os <b>trajes de gala</b> que porventura pode-se usar hoje, assim, para os homens, quais são?
INF	-- Bom, o <b>smoking</b> ou a <b>casaca</b> ; <b>fraque</b> eu não sei se ainda há quem use. Eu vejo nessas cerimônias aí pela televisão, pelo menos, <b>casacas</b> , <b>mas</b> <b>fraque</b> eu não sei, realmente, se ainda é usado. É muito bonita até o f... o.. a <b>casaca</b> , não é? (risos) (DID SSA 159:251) (MOTA; ROLLEMBEG, 1994, p. 251)

No Exemplo 4, os termos *smoking*, *fraque* e *casaca* processam costuras textuais por meio de itens lexicais, que ocorrem como hipônimos (nomes de sentido mais específico) em relação ao hiperônimo *trajes de gala* (nomes com sentido mais abrangente do que o do seu hipônimo). O hiperônimo é, etimologicamente, um nome que está em uma posição hierárquica superior, por ser capaz de incluir outras palavras de sentido mais definido. Já a expressão gramatical *mas* é um exemplo da coesão por conjunção, justamente por estabelecer a progressão textual por meio de elos formais que costuram o texto, sem recorrer a elementos de retomadas intra/extratextuais, mas, sim, por estabelecer relacionamentos de proposições, enunciados e parágrafos entre si.

Halliday e Hasan (1976) deram especial atenção à coesão textual, a ponto de só terem considerado texto aquele que a apresentasse explicitamente; caso contrário, ter-se-ia um não texto. Por isso é que eles têm sofrido algumas críticas, que também incidem na distinção entre a exófora e a endófora, bem como na noção de referência. Brown e Yule (1983), por exemplo, demonstram que os dispositivos de coesão

<sup>12</sup> A coesão lexical pode manifestar-se de duas maneiras: a coesão por reiteração e a coesão por colocação. (HALLIDAY; HASAN, 1976)

(vistos como essenciais para definir o conceito de texto por aqueles autores) não são necessários nem suficientes para tornarem um conjunto de enunciado um texto, pois há sequências de enunciados sem os clássicos dispositivos coesivos, que se constituem textos, porque são processados a partir de conhecimentos de mundo e partilhados entre os interlocutores do discurso, bem como de fatores de cunho pragmático. Há, também, textos com elementos coesivos e que, entretanto, não chegam a formar um texto na sua concepção clássica.

Embora tivessem considerado “o texto como uma unidade em uso [...]”, Halliday e Hasan (1976, p. 322-324, grifo do autor) deram especial atenção à coesão textual, a ponto de só terem considerado texto aquele que a apresentasse explicitamente; caso contrário, ter-se-ia um não texto. Esse posicionamento teórico explica o conceito que eles atribuem à tessitura textual, depreendido da citação a seguir: “a coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente **decodificado** a não ser por recurso ao outro.” Cotejando essas acepções entre si, “texto” e “coesão”, parece que há uma incongruência teórica entre ambos, na medida em que “o texto em uso é um processo e não um mero produto, cuja interpretação se esgota na decodificação.

Koch (1993) critica, também, a obra de Halliday e Hasan (1976), por eles terem considerado a anáfora e a coesão lexical dispositivos coesivos independentes um do outro, quando, em verdade, todos exercem a função de referência anafórica, ou seja, processam retomadas textuais pontualizadas.

Beaugrande e Dressler (1981), posicionando-se contra essa textualidade, pautada apenas em elementos coesivos presentes no contexto, apresentaram sete princípios da textualidade, que se alicerçavam, sobretudo, em laços semântico-pragmáticos: coerência, coesão (centradas no texto), intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade (centrados no usuário).

Complementarmente às ideias de Beaugrande e Dressler (1981), Koch e Travaglia (1997) apresentaram reflexões pontuais sobre a coerência textual, apoiando-se nos estudos desses pesquisadores e, especialmente, em Charolles, ao registrarem que:

[...] a partir do meio da década de 70, houve uma revisão na base empírica das gramáticas de texto, porque se verificou que as sequências de frases não eram coerentes ou incoerentes em si, mas que tudo dependia muito da

situação e da capacidade de cálculo do receptor. Isto o levou a afirmar a noção de coerência como um princípio de interpretabilidade do texto, ligado à capacidade de cálculo do interpretador e a processos de cálculos de significação. (CHAROLLES, 1987 apud KOCH; TRAVAGLIA, 1997, p. 22)

Vê-se, pois, que a coerência não mais se limita à possibilidade de o receptor depreender conceitos a partir do texto enquanto código linguístico. Assim pautados, Koch e Travaglia (1997, p. 11) vão conceituar a coerência textual como:

[...] algo que se estabelece na interação, na interlocução, numa situação comunicativa entre dois usuários. Ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo ser vista, pois, como um princípio de interpretabilidade do texto. Assim, ela pode ser vista também como ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor do texto (que o interpreta para compreendê-lo) tem para calcular o seu sentido.

Conforme se observa, Koch e Travaglia (1997) seguem, portanto, as ideias de Charolles (1987), haja vista considerar a coerência também como um princípio de interpretabilidade textual.

Koch e Travaglia (1997) endossam a noção de coerência de Charolles (1987), entendida como um princípio de interpretabilidade do texto, ligado à capacidade de cálculo do interpretador e a processos de cálculos de significação.

No transcurso da década de 90 do século passado, Koch e Travaglia (1997) apresentaram 13 fatores minimamente essenciais ao processamento da coerência textual, a saber: o conhecimento linguístico (conhecimento da estrutura gramatical de uma língua); o conhecimento de mundo (conhecimento adquirido pelo indivíduo, no decorrer das suas experiências); conhecimentos partilhados (conhecimentos de mundo comuns aos interlocutores do discurso); as inferências (operação não explícita entre elementos de um texto); fatores de contextualização (elementos que ancoram o texto, a exemplo da data, assinatura, localização e elementos gráficos, bem como título, autor, início do texto); situacionalidade (interferência da situação para o texto, ou desse para a situação); informatividade (grau de previsibilidade da informação

no texto); focalização (concentração dos usuários em apenas parte do texto); intertextualidade (utilização de um texto dependente do conhecimento de um ou mais textos previamente encontrados); intencionalidade (atitude do produtor em construir textos, para atingir as suas intenções e propósitos); aceitabilidade (atitude de o interlocutor textual aceitar ou não o texto como uma forma linguística coesa e coerente); consistência (exige que cada enunciado do texto esteja coeso com os demais enunciados nele contidos, ou seja, que os enunciados sejam verdadeiros entre si e não contraditórios); e a relevância (manutenção do mesmo tópico discursivo).

A Virada Pragmática, de fato, trouxe grandes contribuições para o estudo linguístico, em especial, para o tratamento do texto em sala de aula, ao pôr em foco, de modo sistemático, a necessidade de se considerar o texto enquanto processo, trazendo uma discussão sobre a questão do sentido que, na tradição, foi e é objeto de reflexão de várias disciplinas (a hermenêutica, a linguística, a semiótica, a lógica, a sociologia, a psicologia, a teoria literária etc.). Ao considerar o TEXTO como processo, a Linguística Textual revolucionou os métodos tradicionais de interpretação textual, levando os professores a transcenderem a camisa de força em que a atividade de compreensão textual se limitava à pura atividade de cópiação. Contudo, propunha, na sua acepção clássica, dar conta do sentido a partir, preponderantemente, de um sujeito individual, marcado pela sua intencionalidade, e responsável pelo sentido não literal. Assim alicerçado, o significado resultaria da interação entre a expressão linguística e o contexto em que ela fosse usada (contexto imediato, o lugar, os participantes e a relação que estabelecem entre si). Nas palavras de Possenti (2004, p. 363), “a pragmática seria uma forma de solucionar a questão do sentido invocando a intenção do falante.” Essa limitação da pragmática que excluiu a historicidade e o sujeito no plano social fez com que os linguistas de texto buscassem novos espaços teóricos que pudessem preencher essa lacuna, tal como se observa nas reflexões a seguir.

## **Traçando novos caminhos**

A transição entre os séculos XX e XXI, em especial no Brasil, aponta avanços na Linguística Textual (LT) que dão sinais efetivos

de novos momentos — a perspectiva sociocognitivo-interacionista de Koch (2004), já consolidada no cenário nacional, e a fase bakhtiniana (HEINE, 2011b), que paulatinamente tenta firmar-se nos estudos da LT. Da perspectiva sociocognitiva, ressaltam-se breves reflexões sobre a concepção de mente e corpo, de sujeito social, da referenciação e de texto. (KOCH, 2004)

No que tange à relação mente e corpo, nas ciências cognitivas clássicas, esses dois elementos foram considerados desvinculados entre si. Contudo, as pesquisas em diferentes áreas científicas (antropologia, neurolinguística, neurobiologia etc.) vêm demonstrando que esses fenômenos encontram-se interdependentes, na medida em que muitos dos processos cognitivos têm por base a percepção e a capacidade de atuação física no mundo. (KOCH, 2004)

Assim sendo, as operações não se dão apenas na mente dos indivíduos, mas são o resultado da interação de várias ações conjuntas por eles praticadas (aspectos sociais, culturais e interacionais). E é essa interação que alicerça a linguagem, gerando um fértil terreno para a construção de significados a partir de uma rede de diferentes fatores (crenças, conhecimentos partilhados, as normas, convenções socioculturais etc.).

Diferentemente da abordagem pragmática, a referida perspectiva dialógico-interacional da língua postula um sujeito não individual, mas eminentemente social, em que os interlocutores são “[...]vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser visto como o próprio lugar da interação e os interlocutores como sujeitos ativos que dialogicamente nele se constroem e por ele são construídos.” (KOCH, 2004, p. 32-33) Conseqüentemente, os eventos linguísticos não são mais autônomos e individuais, mas, ao contrário, textos processados a partir de contínuas interfaces com o outro.

Quanto à noção de referenciação, já trabalhada por Heine (2000), para melhor compreendê-la, é pertinente revisitar a noção clássica da referência, que é entendida como uma relação de correspondência direta entre as palavras e as coisas, postulando a metáfora do espelho, que considera a língua como uma representação da realidade. Nas palavras de Fiorin (2002, p. 85), “nessa concepção, há uma relação direta entre palavras e coisas, de modo que a língua é entendida como uma nomenclatura.” Isso pressupõe um mundo autônomo em que as entidades

linguísticas independem de qualquer sujeito em seu evento comunicativo, na medida em que a referência é um fenômeno apriorístico ao discurso. (MONDADA; DUBOIS, 1995) Considerando que a noção de referência exclui o sujeito no seu processo efetivo, Mondada e Dubois (1995, p. 273-27, tradução nossa) posicionaram-se contra essa tese, conforme se verifica na citação a seguir:

A ideia segundo a qual a linguagem é um sistema de etiquetas que se prendem às coisas atravessa a história do pensamento ocidental. Opõe-se a ela uma outra concepção na qual os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo.<sup>13</sup>

Esses linguistas preconizam uma referência distinta daquela que estabelece como seu princípio básico uma relação direta, biunívoca, entre uma entidade linguística e o objeto do mundo a ela correspondente, em prol de uma noção de referenciação, construída e processada a partir do uso linguístico, valorizando, neste, os aspectos cognitivos, bem como os socioculturais.

Nesta concepção, os referentes deixam de existir como algo *a priori* do discurso, pois são construídos no discurso e pelo discurso; por isso é que são denominados de objetos-de-discurso, entidades de referenciação, dependentes das operações cognitivas, das atividades verbais ou não, das negociações de interação. (MONDADA; DUBOIS 1995)

A noção de referenciação refuta, portanto, o conceito clássico de referência,

[...] como simples representação extensional de referentes do mundo extramental, mas sim como aquilo que designamos, representamos, sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade: as entidades designadas são vistas como *objetos-de-discurso*. (KOCH, 2004, p. 57, grifo do autor)

Heine (2000), embora reconheça o valor incomensurável do momento Sociocognitivista, ressalta, contudo, que a Linguística Textual ainda precisa avançar. Para tanto, sugere uma nova fase sob a perspectiva teórica de Bakhtin.

---

13 L'idée selon laquelle le langage est un système d'étiquettes qui collent plus ou moins bien aux choses traverse l'histoire de la pensée occidentale. S'y oppose une outré conception selon laquelle les sujets constituisent, à travers des pratiques discursives et cognitives socialement e culturellement situées, des versions publiques du monde.

## A fase bakhtiniana

As pegadas que vêm dando sustentação a essa fase bakhtiniana ligam-se, em especial, às reflexões teóricas do filósofo russo Mikhail Bakhtin (1895-1975) e à noção de sujeito social. (KOCH, 2004) Porém, é a partir de Barros (2007) que essas ideias têm se solidificado, visto que, desde 1994, vêm buscando pontuar as contribuições de Bakhtin em relação ao texto e/ou discurso; pesquisa que impele a rever os precursores *stricto sensu* da Linguística Textual, incluindo, entre eles, o filósofo Bakhtin.

Na literatura vigente no Brasil, são comumente considerados precursores da Linguística Textual: a Escola Linguística de Praga, os Formalistas Russos, a Estilística etc.; porém, Bakhtin não é citado, salvo quando se vai tratar de gêneros do discurso, em especial.

Barros (2007) assevera que Bakhtin se voltou para a questão do discurso e texto<sup>14</sup> com acuidade, chegando a lhes atribuir o *status* de objeto de estudo das Ciências Humanas, excluindo-os, pois, da Linguística, cujos pressupostos teóricos se restringiam, à época, à *langue* (língua) saussuriana, entidade abstrata, homogênea e supra-individual, tendo, metodologicamente, como limite de análise a sentença, unidade formal na qual se analisa o código linguístico, apenas.

Assim, para Bakhtin (2003, p. 312), o texto é o objeto de estudo das Ciências Humanas:

As ciências humanas são as ciências do homem em sua especificidade, e não de uma coisa muda ou um fenômeno natural. O homem em sua especificidade humana sempre exprime a si mesmo (*fala*), isto é, cria texto (ainda que potencial). Onde o homem é estudado fora do texto e independente deste, já não se trata de ciências humanas (anatomia e fisiologia do homem etc.).

Ainda segundo Barros (2007), o texto apresentaria as seguintes características: seria concebido como uma entidade que significa, deixando claro que as Ciências Humanas se preocupam com os processos de significação e não com o sistema linguístico imanente; o texto seria uma entidade constitutivamente dialógica, alicerçada num contexto *lato*

<sup>14</sup> Segundo Barros (2007, p. 21), Bakhtin usava as expressões texto e discurso como sinônimas, pelo fato de “não se preocupar com a precisão metalinguística.”



*sensu*, que abarca o histórico, o social, o cultural etc., trazendo à baila o falante responsivo, que age ativamente em um ato axiológico de linguagem. Nas palavras de Bakhtin (2003, p. 271), o sujeito,

[...] ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo.

Esse confronto Ciências Humanas *versus* Linguística não é mais pertinente, pelo fato de a Linguística, hodiernamente, constituir-se dos paradigmas formal e funcional, tendo, nesse último, linhas de pesquisa que transcendem o sistema linguístico, a qual inclui o sujeito nas suas reflexões.

Portanto, é inadequado falar em Linguística, referindo-se apenas à Linguística formal. A Linguística é uma ciência que, contemporaneamente, abriga várias vertentes, inclusive aquelas que consideram o sujeito em seu pleno exercício discursivo. É de suma importância, pois, considerá-la constituída de três paradigmas: o formal, o funcional e o ideológico-discursivo, pois todos eles têm como âncora os pressupostos ortodoxos da ciência da linguagem. (HEINE, 2011a)

Tendo como ponto de partida as contribuições de Bakhtin, não se pode, diante das propostas da Linguística Textual, considerar que existe um sentido textual preestabelecido e desvinculado de ideologias. Em outras palavras, todo texto possui uma gama de possibilidades de sentidos, que se alicerçam em um contexto dialógico-ideológico, caracterizado por uma linguagem eminentemente semiótica.

É preciso registrar que a literatura da LT, em especial, das últimas décadas do século XX, já tenha incorporado algumas das ideias basilares do referido filósofo russo. Contudo, parece não contemplar pilares singulares que fazem parte do sustentáculo teórico bakhtiniano, a exemplo da noção de ideologia, subjacente à sua obra como um todo. A transição entre os séculos XX e XXI, sobretudo no Brasil, aponta avanços na Linguística Textual (LT) que dão sinais efetivos dessa fase bakhtiniana (HEINE, 2011b), que paulatinamente vai se firmando nos estudos da LT.

## O conceito de texto

Sugere-se considerar o texto como:

Evento dialógico, linguístico-semiótico, falado e escrito. Abarca, pois, não somente o signo verbal, mas também os demais signos no seio social (imagens, sinais, gestos, meneios da cabeça, elementos pictóricos, gráficos etc.). Assim compreendido, apresenta-se constituído de duas camadas que se imbricam mutuamente: a camada linguístico-formal, que consiste dos princípios morfofonológicos, sintáticos, semânticos e a camada histórico-ideológica, caracterizada pelo processamento de sentidos inferenciais e efetivada a partir de diferentes estratégias (conhecimentos de mundo, conhecimentos partilhados, intencionais, posições ideológicas, dentre outros) que vão alicerçar a construção desses sentidos. (HEINE, 2012, p. 11 )

Evento dialógico, do dialogismo de Bakhtin, célula nuclear da sua obra, para a qual o homem sempre se encontra em sua relação com o outro, traço inerente à interação das práticas sociais. Portanto, o texto, em qualquer situação, nunca será completamente individual, o que conduz a refutar a tese do monologismo; assim concebido, o texto é constitutivamente dialógico, estabelecendo, de forma inalienável, a interação com o outro, o falante que se posiciona de forma responsiva, isto é, o sujeito que toma uma posição ativa no discurso e não um simples receptor passivo.

Dialógico, porque, em qualquer situação, o texto não provém tão só do contexto imediato, em que a comunicação está sendo efetivada, pois ele vai sempre proceder de alguém e dirigir-se a outrem, o que significa asseverar que possui um contexto, numa acepção *lato sensu*, ou seja, o histórico, o social, o cultural etc. Não há uma palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (esse se perde em um passado ilimitado e em um futuro ilimitado).

Dialógico, porque o sujeito bakhtiniano e/ou dialógico nunca é completo e fechado em si mesmo; sua existência depende do relacionamento com os outros. Assim sendo, esse sujeito é eminentemente social, mas pode deter traços individuais a ele associados, o que demonstra ainda a presença da pragmática, porém numa acepção larga, não clássica, abarcando fenômenos da significação que não provêm apenas da situação enunciativa. Portanto, o social e o histórico não excluem sutis questões individuais. O sujeito dialógico bakhtiniano que

é eminentemente social, mas com nuances intencionais no processo discursivo, o que configura a sua face individual.

#### O texto como evento dialógico

Na proposta de Heine (2011b), o texto passa a ser visto como um evento dialógico que extrapola os aspectos formais de sua constituição, englobando fatores sociais, históricos e também ideológicos, sendo, portanto, um elemento complexo que pode ser apresentado sob diversas formas e que não se esgota no código linguístico.

Dialógico, porque o texto é opaco e não transparente semanticamente, ou seja, o sentido não está apenas nele, visto que “[...] a interpretação de um enunciado não pode levar em consideração apenas a informação linguística.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 394) Registra-se que, enquanto entidade processual, a concepção de texto diz respeito tanto à língua falada como à língua escrita.

Dialógico, porque o texto é uma entidade ideológica, tendo, como suporte teórico, o contexto, numa acepção *lato sensu*, ou seja, o histórico, o social, o cultural etc. Ideológico, porque a palavra em si mesma é neutra, quando ainda faz parte de um sistema linguístico geral. Porém, quando colocada em uso no processo comunicativo, ela perde a neutralidade e passa a ser revestida de uma multiplicidade de sentidos, marcados ideologicamente. (FIORIN, 2009) Na tradição, a ideologia aponta para o social, excluindo o individual, como é o caso da Análise de Discurso Francesa; mas, para Bakhtin, a ideologia permite que o social, o histórico e o individual se entrelacem mutuamente.

O texto é semiótico, porque abarca o signo nas práticas sociais, considerando, pois, não somente o signo verbal, mas também os demais signos no seio social (imagens, sinais, gestos, meneios da cabeça, dentre outros).

Portanto, para finalizar, ressalte-se que a noção de texto, pautado nos estudos hodiernos da Linguística de Texto, não pode ser concebida como um conjunto de frases, mas, sobretudo, como evento dialógico-ideológico, histórico, linguístico-semiótico, falado ou escrito. Dessa forma, impele, também, uma mudança na sua concepção de coerência textual, haja vista a ideologia dever passar um dos seus elementos constitutivos.

Assim entendido, não há como se estabelecer um hiato, por exemplo, quando se tem uma tirinha para ser trabalhada em um livro didático, entre fotos/imagens e texto, enquanto código linguístico. Dessa forma, se estaria retrocedendo aos aparatos formais, isto é, ao texto enquanto código linguístico, apenas, que exclui o sujeito na sua subjetividade, analisando exclusivamente a forma linguística.

Portanto, o aporte teórico desta fase bakhtiniana da Linguística textual se diferencia dos seus outros momentos por considerar efetivamente os pressupostos teóricos bakhtinianos, pois, para Bakhtin (1997), as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos que emanam dos diversos campos da atividade humana.

Segundo Faraco (2009, p. 46, grifo do autor),

Nos textos do Círculo, a palavra *ideologia* é também usada, em geral, para designar o universo dos produtos do ‘espírito’ humano, aquilo que algumas vezes é chamado por outros autores de cultura *imaterial* ou produção *espiritual* [...].

Para esse linguista, Cultura imaterial compreende toda a produção imaterial, simbólica, proveniente das ações humanas. Abrange, pois, as tradições que um grupo social preserva (os hábitos, as representações simbólicas construídas pelo mesmo, dentre outros), abarcando, também, a arte, a ciência, a filosofia, o direito. (FARACO, 2009)

Diante dessas considerações, está claro que o termo ideologia, em Bakhtin, não pode ser confundido com a acepção de ideologia, em Marx e Engels, fundada:

[...] no período em que a burguesia havia se convertido de classe revolucionária a classe dominante, interessada em manter a divisão de classes da sociedade; no período em que estava interessada em ocultar as reais contradições que poderiam colocar em evidência a necessidade de transformação das estruturas e das relações capitalistas de produção. (PONZIO, 2008, p. 113-114)

Efetivamente, a asserção, anteriormente registrada, de que “cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira” (BAKHTIN, 1997, p. 33), evidencia que a concepção de ideologia de Bakhtin não equivale à de Marx, na medida em que os grupos sociais, e não a classe

da burguesia, vão refratar a realidade a partir de um sistema de valores, construído no seio de uma determinada comunidade social.

De modo mais explícito, cita-se Bakhtin: “Por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural, que tem lugar no cérebro e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sígnicas.” (BAKHTIN, 1930 apud PONZIO, 2008, p. 114)

Para tanto, alicerça-se em Bakhtin, para o qual “todo signo é ideológico.” (BAKHTIN, 1997, p. 15) De acordo com o referido filósofo, a ideologia provém das diferentes esferas sociais (a religião, a arte, a moral, a ciência, a ética, a filosofia etc.), e do signo — entidade linguístico-semiótica que, por si só, expressa sempre uma posição avaliativa, pois não há enunciado neutro; a própria retórica da neutralidade é, também, uma posição axiológica. Na tradição, a ideologia aponta para o social, excluindo o individual, como é o caso da Análise de Discurso Francesa; mas, para Bakhtin, a ideologia permite que o social, o histórico e o individual se entrelacem mutuamente, apesar de se observar a preponderância dos dois primeiros sobre o terceiro. Esse alicerce teórico permite construir o sujeito dialógico bakhtiniano, que é eminentemente social, mas com nuances intencionais no processo discursivo, o que configura a sua face individual.

Retomando o conceito de texto aqui apresentado e suas duas camadas imbricadas entre si - a camada linguístico-formal e a camada histórico-ideológica (HEINE, 2012) - pode-se asseverar que o texto abarca simultaneamente o contexto linguístico *stricto sensu*, o contexto imediato e o contexto mediato, que se envolvem mutuamente a fim de se gerar o sentido, embora haja certa preponderância do contexto mediato sobre o contexto imediato e o contexto linguístico *stricto sensu*, apesar deste constituir o ponto de partida à compreensão textual.

Para melhor explicá-los, recorre-se à ideia de um espelho curvo, que pode refletir diferentes imagens de um mesmo objeto a depender do ângulo de incidência do raio luminoso; analogamente, o texto pode refletir as duas camadas de forma simultânea, ou apenas a camada linguístico-formal, gerando, conseqüentemente, diferentes processos de compreensão textual.

### *A reflexão sobre a coesão textual*

Por último, tenta-se responder à questão: a coesão textual se atém apenas ao texto enquanto código linguístico? Considerar o texto enquanto código linguístico é vê-lo como um produto textual, em que a coesão só se realiza por meio de um processo segundo o qual se estabelece uma relação semântica entre dois elementos textuais, materializados na superfície linguística. Para tanto, recorre, sobretudo, à congruência morfológica, ligada à identificação do gênero e do número do anafórico. (HEINE, 1991) Como ilustração, veja-se o Exemplo 5 a seguir:

Exemplo 5: Transportes

INF	-- (Eh ... <b>o pneu</b> ), <b>ele</b> tem uma borracha especial com alguma parte dentro da <b>borracha</b> que é aderente. Então, se fura por um prego, <b>ela</b> cola no prego e não deixa o ar sair. (DID-SSA 277:29) (MOTA; ROLLEMBERG, 1994, p. 29)
-----	---

No Exemplo 5, tem-se um exemplo clássico em que os sintagmas nominais pronominais (SN), na função de anáfora, **ele** e **ela**, retomam os seus antecedentes, respectivamente, correspondendo às expressões **o pneu** e **a borracha**. Tem-se, aí, um exemplo clássico de coesão correferencial (HEINE, 2000), tradicionalmente considerada como o protótipo da anáfora, vista em uma acepção *stricto sensu*. Na tradição, a correferência é um tipo de coesão textual que se caracteriza por relacionar duas expressões que possuem exatamente o mesmo referente, estabelecendo equivalência de identidade referencial entre o referente do antecedente e o do seu elemento coesivo. O seu processamento envolve um SN pleno e um SN pronominalizado, tendo como característica a reativação do referente idêntico ao do seu antecedente. Essa operação também ocorre entre sintagmas nominais plenos, desde que o seu princípio de funcionamento seja respeitado, isto é, desde que a expressão recupere o mesmo referente do seu antecedente. O Exemplo 5, ilustrado, tem como base teórica Halliday e Hasan (1976), cujo processo de coesão exige a presença, no texto enquanto código, do SN antecedente e do seu SN consequente.

Apesar do seu alicerce pragmático, durante a terceira fase da LT,<sup>15</sup> a coesão textual ainda se ateu nos moldes de Halliday e Hasan (1976). Entretanto, em meados da década de 90 do século XX, alguns textu-  
alistas começaram a realizar pesquisas que transcendiam o referido enfoque de Halliday e Hasan (1976), dentre os quais, mencionam-se: Kleiber (1991), Apothéloz (1995), Marcuschi (2001) e Heine (2000). Heine sugeriu ampliar a concepção desse tipo de coesão, propondo o eixo da coesão não-correferencial. Como exemplo, considere-se:

Exemplo 6: Diversões

DOC	--:... falando de jogos esporte o que que a senhora acha das Olimpíadas?
INF	--ah eu acho uma beLeza... o pessoal ir pra:: pra as Olimpíadas treiNAR tudo é... são amaDOres todos né? eu não <b>eu não leio muito negócio de esPORte...</b> eu sempre viro <b>as folhas</b> né? Meu marido “ah onde (é que se viu) tu não lê esporte?” porque os outros GOSTam mas eu não... de esporte eu não:: não me preocupo muito assim... não é? e:: das Olimpíadas também... só olhei assim <b>os cabeÇAlhos...</b> e também os casos que aconteceram lá... mas... mas eu::eu acho muito bonito essa turma toda. (DID-POA 45:103). (HILGERT , 1997, p. 103)

Analisando o Exemplo 6, destaca-se o enunciado **eu não eu não leio muito negócio de esPORte...** que funciona, nesta análise, como uma espécie de âncora que possibilitará a tessitura textual através do SN **as folhas** – a coesão anafórica associativa. Neste caso, efetiva-se uma coesão não-correferencial porque o SN **as folhas** processa costuras textuais sem estabelecer retomada direta com o seu antecedente. Assim sendo, não reativa referentes, mas introduz um novo referente, embora este mantenha imbricamentos com a sua âncora, pois, quando se diz **eu não eu não leio muito negócio de esPORte...**, tem-se um campo **semântico** *lato sensu* que inclui as expressões (jogos, Olimpíadas, atletas, amadores, jornais impressos, seção de esporte etc.). Diante desse escopo semântico, o produtor do texto, em função dos seus objetivos, escolhe uma das expressões, a fim do texto progredir. Portanto, a escolha do SN **as folhas** “não é aleatória e sim fundamentada cognitiva e discursivamente por algum tipo de associação [...]” (MARCUSCHI, 2001,

15 Vide a, seção A fase pragmática da Linguística Textual.

p.222 ) É, pois, uma coesão não-correferencial associativa, pelo fato de não estabelecer uma tessitura direta, pautada no co-texto. Poder-se-ia sumarizar alguns traços da coesão não-correferencial, a saber:

- são operações textuais que não se limitam apenas ao co-texto, mas recorrem, sobretudo, ao contexto ideológico, pragmático e sócio-histórico;

- o referente de um SN anafórico associativo caracteriza-se por ser distinto do referente do seu antecedente/âncora; por isso o seu traço novo, embora mantenha com ele estreitos laços

indiretos;

- o anafórico associativo não depende de uma congruência morfológica, nem da necessidade de reativar referentes já explicitados, ativação de novos referentes;

- o SN associativo não pode ocorrer por meio de um SN genérico (a coisa, o negócio), pelo fato de estabelecer ligações indiretas com o seu antecedente, já que seleciona algum traço específico do seu referente, possibilitando progressão textual (restaurante → garçom).

- as retomadas envolvidas através de hipônimos (flores → rosa, jasmim, cravos; legumes → pepino, batata, cenoura), ou hiperônimos (manga, laranja, pinha → frutas; palio, gol, pointer → veículos; cavalo, cão, macaco → animais etc.), são operações não correferenciais, pautando-se, muitas vezes, nas relações meronímicas naturais e/ou socioculturais de cunho estereotípico (parte-todo);

- o anafórico associativo ancora-se, também, em modelos mentais comumente chamados de *frames* (enquadres), cenários, esquemas, scripts etc., que representam focos implícitos armazenados em nossa memória de longo prazo como conhecimentos de mundo organizados. (MARCUSCHI, 2001)

Essa postura teórica refuta o conceito clássico de referência, que diz respeito à função pela qual um signo linguístico se refere a um objeto do mundo extralinguístico, para considerar a noção de referenciação como atividade discursiva (MONDADA; DUBOIS, 1995), e não como algo *a priori* ao discurso. Nessa concepção, os referentes são construídos no discurso e pelo discurso; por isso é que são denominados objetos-de-discurso (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995; MONDADA; DUBOIS, 1995) — entidades de referenciação construídas durante o evento discursivo e dependentes, em especial, das operações cognitivas, das atividades verbais, ou não, e das negociações de interação. (MONDADA; DUBOIS, 1995)



As questões aqui focalizadas evidenciam, sobremaneira, que a Linguística Textual, diante das efetivas práticas sociais nos seus diferentes gêneros discursivos (e-mail, MSN, cartas pessoais e comerciais etc.), busca novos espaços para o processamento do texto e consequente geração de sentidos, tendo como alicerce a inter-relação que os textos mantêm entre si no intercurso sócio-histórico e o seu contexto imediato, ou seja, a relação entre o texto e a situação em que ele ocorre, conjunto de circunstâncias em que se produz a efetiva comunicação.



## Considerações finais

1 O presente trabalho pretendeu dar uma visão sucinta da Linguística no século XX, com foco nos estudos discursivos, em especial aos da Linguística Textual. No que tange à pesquisa da Linguística Formal, procurou destacar as suas ideias basilares ligadas a Ferdinand de Saussure e a Avram Noam Chomsky. Quanto às reflexões discursivas, pontuou algumas das características da Análise de Discurso francesa, procurando, de certa forma, atribuir-lhe traços que a distinguem da Linguística Textual, apesar dos seus liames sutis. Para a Linguística Textual, trouxe uma discussão ao sugerir uma nova fase que traz em seu bojo uma reflexão sobre o sujeito bakhtiniano e uma sugestão para um novo conceito da entidade designada pelo texto, que, na ciência da linguagem, ainda possui uma noção calcada no formalismo linguístico, encontrada costumeiramente nos manuais de ensino de Língua Portuguesa. A partir dessa sugestão, postulam-se as seguintes inquiuições:

- Até que ponto ainda se concebe o texto, apoiando-se apenas na materialidade linguística?

- Até que ponto se vê o texto como realização exclusivamente verbal com exclusão dos elementos semióticos?

- Até que ponto se vê o texto como um evento eminentemente pragmático, que postula um sujeito a-histórico, origem do dizer?

- Até que ponto se dicotomiza o socioideológico e individual? Será que o sujeito dialógico, eminentemente social, não retém matizes individuais? Como se explicam as entonações discursivas durante o processo de comunicação? Como se explicam as reações da face - palidez, por exemplo -, diante da morte de um ente querido?

Como se observa, essas inquiuições mostram que a Linguística Textual (LT), diante das efetivas práticas sociais, vem, ao longo da sua existência, buscando, de fato, novas reflexões a respeito do texto,

em especial, o que mostra, inclusive, a sua face do fazer científico, ao discutir questões que podem romper com algumas das fronteiras inerentes à LT.

Essas indagações contemporâneas, que, na verdade, têm instigado principalmente os teóricos da Linguística Textual e Análise de Discurso essencialmente peuceuxtiana, são oriundas do pensamento linguístico ocidental e oriental (Antiguidade Clássica), ou seja, dos nossos ancestrais. No entanto, vê-se que elas ainda permanecem na contemporaneidade, impulsionando a ciência da linguagem que, hodiernamente, vê-se diante de novas práticas textuais, dentre as quais se podem destacar os gêneros digitais que englobam diversos aspectos semióticos. Logo, não é possível conceber o texto como uma estrutura exclusivamente verbal, mas como um elemento essencialmente constituído por diversas semioses.

Desse modo, observa-se que, considerar o texto ainda como uma estrutura formal, é, portanto, excluir os aspectos históricos e ideológicos que o constituem; é conceber que o mesmo possui apenas um sentido cristalizado na sua materialidade linguística, descartando o papel do dialogismo e da ideologia, conforme a proposta de Heine (2012), e sem considerar o texto como fenômeno complexo e multifacetado.

## Referências

- ANTOS, G. Os textos como formas constitutivas do saber. Sobre algumas hipóteses para uma fundamentação da linguística de texto à base de uma teoria evolucionária. In: ANTOS, G.; TIETZ, H. (Org.). *O futuro da linguística de texto: tradições, transformações, tendências*. Tradução de Hans Peter Wieser. Tübingen: Niemeyer, 1997. (Não publicado)
- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. Constrution de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A., REICHLER-BÉGUELIN, M. J. (ed.). *Du Syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalisation anaphores*. Suisse: Institut de Linguistique Univesité de Neuchatel, 1995.
- ARMENGAUD, Françoise. *A pragmática*. São Paulo: Parábola, 2006.
- ARISTOTELE. *The complete works*. 2. ed. Princenton: Princenton University Press, 1985.
- AUSTIN, John L. *How to do things with words*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1962.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BARROS, Diana L. P de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Carlos A. et al. *Diálogos com Bakhtin*. 4. ed. Curitiba: UFPR, 2007.
- BEAUGRANDE, Robert de. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. New Jersey: Ablex, 1997. (Tradução provisória de Maria Inez Matoso Silveira – UFAL)
- \_\_\_\_\_; DRESSLER, W. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Max Niemeyer, 1981.
- BENTES, Anna C. Linguística Textual. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna C. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1. p. 245-285.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.

- BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BRAIT, Beth. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, Diana L. de; FIORIN, Jose L. (Org.). *Diálogos, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 11-22.
- BRANDÃO, H. N. Da língua ao discurso, do homogêneo ao heterogêneo. In: BRAIT, Beth. (Org.). *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 59-69.
- BROWN, Gillian; YULE, George. *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CANALE, M. De la competencia comunicativa a la pedagogia comunicativa del lenguaje. In: LLOVERA, M. et al. *Competencia comunicativa: documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras*. Madri: Edelsa, 1995. p. 63-81.
- CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1984.
- CHAROLLES, M. Introdução aos problemas da coerência dos textos: uma abordagem das práticas pedagógicas. In: GALVES, Chalot. (Org.). *O texto: leitura e escrita*. Campinas: Pontes, 1987.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Armênio Amado, 1965.
- COSTA, Claudio. *Filosofia da linguagem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- CUNHA, A. F. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 157-176.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DIÁLOGOS ENTRE DOIS INFORMANTES. A família. Salvador: UFBA. (não publicado)
- DIK, Simon C. *Functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1981.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- ESTÚDIO NANQUIM. *Ministério do transporte: do dinheiro público para o privado*. 2011. Disponível em: <<http://nanquim.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

- FARACO, Carlos A. *Linguagem & diálogo: as ideias do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.
- FARACO, Carlos A. et al. *Diálogos com Bakhtin*. 4. ed. Curitiba: UFPR, 2007.
- FÁVERO, Leonor L; KOCH, Ingedore G. V. *Linguística textual: introdução*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FIORIN, José Luiz. A linguagem em uso. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à linguística*. São Paulo: Contexto, 2002.
- GALISSON, Robert; COSTE, D. *Dicionário de didáctica das línguas*. Coimbra: Almeida, 1983.
- HALLIDAY, M. A. K; HASAN, Rugaiya. *Cohesion in english*. London: Longman, 1976.
- HEINE, Licia M. B. *A anáfora no processo de compreensão de textos*. 1991. 190 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Aspectos do uso da anáfora no português oral*. 2000. 273 f. bTese (Doutorado em Letra e linguística) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- \_\_\_\_\_. Aspectos da perspectiva funcionalista da análise linguística. In: HEINE, Licia M. B.; HEINE, P. (Org.). *Questões do texto e do discurso*. Salvador: Kalango, 2011a.
- \_\_\_\_\_. *A linguística textual e sua fase bakhtiniana*. Salvador: UFBA, 2011b. (não publicado).
- \_\_\_\_\_. *A linguística textual e suas reflexões hodiernas*. Salvador: UFBA, 2012. (não publicado).
- HILGERT, J. G. (org.). *A linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1997. v. 1. Diálogos entre informante e documentador.
- INVERSÃO de papéis: borboletas fêmeas cortejam os machos. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/inversao+de+pa+peis+borboletas+femeas+cortejam+os+machos/n1237927585779.html>>. Acesso em: 27 jul. 2012
- KENEDY, E. Gerativismo. In: MARTELOTTA, Mário E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 128-140.
- KLEIBER, Georges et al. Anaphore associative, antécédent et définition. In: SCHNEDECKER, C. (Org.). *L'Anaphore associative*. Paris: Klincksieck, 1991.

- KOCH, Ingedore. G. V; TRAVAGLIA, Luiz. C. *Texto e coerência*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- KOCH, Ingedore. G. V. *A coesão textual*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O texto e a construção dos sentidos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Contexto, 2004.
- ILARI, R. O estruturalismo Lingüístico: alguns caminhos. In MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna C. (Org.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. p. 53-92.
- LACAN, Jacques. *O seminário livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- LAROCA, Maria. N. *Manual de morfologia do português*. Campinas: Pontes; Juiz de Fora: UFJF, 1994.
- LYONS, John. *As idéias de Chomsky*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
- LUID, R. *Notas de aula*. Salvador: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2010.
- NERY, Ana C. Eles mordem de ciúmes. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 1 maio 2010. Seção Viver bem, Coluna Animais. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/viverbem/animal/conteudo.phtml?id=998194&tit=Eles-se-mordem-de-ciume>>. Acesso em: 22 ago. 2012.
- MALMBERG, Bertil. *As novas tendências da linguística: uma orientação à linguística moderna*. São Paulo: Nacional, 1974.
- MARCONDES, Danilo. *Filosofia analítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MARCUSCHI, Luiz A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. *Revista Letras*, Curitiba, n. 56, p. 217-258. jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/viewArticle/18415>>. Acesso em: 22 ago. 2012.
- \_\_\_\_\_. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela; MACHADO, Anna; BEZERRA, Maria (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Curso de linguística de texto*. Recife: UFPE, 2003. (Não publicado)



\_\_\_\_\_. *Linguística de texto: o que é e como se faz*. 1983 Dissertações (Mestrado em Letras e lingüística) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Monica; RODRIGUES, Bernadete B.; CIULTA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MONDADA, L. D. Construction des objets de discours et categorisation. In: BERRENDONNER, Alain; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-Jose (Org.). *Du syntagme nominal aux objets-de discours: SN complexes, nominalisations, anaphores*. Suíça: Institut de linguistique de l'Université de Neuchatel, 1995. p. 273-302.

MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera (Org.). *A língua falada culta na cidade de Salvador: materiais pra seu estudo*. Salvador: Instituto de Letras, 1994. v. 1. Diálogos entre informantes e documentador.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna. C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, George-Elia. *As grandes teorias da lingüística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1995.

PEZATTI, E. G. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna C.a (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. p. 165-218.

PINTO, J. P. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna C. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 2.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2008.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna C. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. p. 353-392.

RAPOSO, Eduardo P. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

RIBEIRO, Ana P. G.; SACRAMENTO, Igor. (Org.). *Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand. de. *Curso de lingüística geral*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

SCARPA, E. M. Aquisição da linguagem. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna. C. (Org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. v. 2. p. 203-232.

SCHIMIDT, S. J. *Lingüística e teoria do texto*. Tradução Ernest F. Schurmann. São Paulo: Pioneira, 1978.

SIMANCA, Osmani. [Aumento no Congre\\$\\$o](http://oferrao.atarde.uol.com.br/?m=201012). 2010. Disponível em: <<http://oferrao.atarde.uol.com.br/?m=201012>> . Acesso em: 27 jul. 2012.

SOBRAL, Adail. Arco/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: e conceitos-chave*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

TEZZA, Cristóvão. *Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o formalismo russo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

VIEIRA, M. A. R. O desenvolvimento de elipse em textos narrativos, descritivos e argumentativo. In: KATO, Mary A. *A concepção da escrita pela criança*. Campinas: Pontes, 1988. p. 145-192

